



**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

João Luís Oliveira Martins

**Literacia Económica, Perceções do  
Desempenho Económico e do Papel do  
Governo e Frequência de Cursos de Economia**



**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

João Luís Oliveira Martins

**Literacia Económica, Perceções do  
Desempenho Económico e do Papel do  
Governo e Frequência de Cursos de Economia**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Economia

Trabalho realizado sob orientação da  
**Professora Doutora Linda Gonçalves Veiga**

abril de 2015

Nome: João Luís Oliveira Martins

Endereço eletrónico: martins.joaoluisoliveira@gmail.com

Título dissertação:

“Literacia Económica, Perceções do Desempenho Económico e do Papel do Governo e Frequência de Cursos de Economia”

Orientador:

Professora Doutora Linda Gonçalves Veiga

Ano de Conclusão: 2015

Designação do Mestrado:

Mestrado em Economia

**DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA DISSERTAÇÃO PARA FINS DE INVESTIGAÇÃO**

Universidade do Minho, 30 de Abril de 2015

Assinatura:

---

## **Agradecimentos**

Aos meus pais que são o maior suporte do meu percurso académico.

À Professora Linda Gonçalves Veiga pela sua disponibilidade e orientação durante toda a elaboração da dissertação.

Aos meus colegas de Mestrado Bruno e Hélder que me acompanharam e ajudaram não só nestes últimos dois anos, mas também nos três anteriores.

A todos os docentes e alunos que contribuíram para a implementação dos inquéritos, que foi um passo indispensável na realização deste trabalho.

À Ilária que me ajudou na construção da base de dados e me apoiou durante ano letivo.

## Literacia Económica, Perceções do Desempenho Económico e do Papel do Governo e Formação em Economia

### **Resumo:**

Este trabalho utiliza inquéritos implementados aos alunos da Universidade do Minho para estudar a literacia económica a opinião sobre o papel das instituições e decisões de política económica e o conhecimento da realidade económica do país, dando especial atenção ao impacto que a frequência de cursos de Economia tem nos três aspetos referidos.

A formação em Economia parece ter um impacto positivo na literacia económica. Outros aspetos que estão associados de forma significativa e positiva à mesma são o ano do curso, ser do sexo masculino, o rendimento do agregado familiar, o facto de o indivíduo se conseguir posicionar politicamente e de revelar esse mesmo posicionamento e o conhecimento da realidade económica do país.

A opinião sobre o papel das instituições de política económica é afetada pela idade, pela literacia económica, pela nota de acesso ao ensino superior e pelo sexo de um indivíduo. Indivíduos que conhecem o valor das despesas com juros da dívida pública têm uma maior probabilidade de serem favoráveis à renegociação da mesma e indivíduos que conhecem o valor da despesa pública têm maior probabilidade de serem adeptos da diminuição das despesas sociais do Estado.

Para valores da literacia económica superiores aos que são apresentados pelo percentil 25 da amostra, esta está associada a um maior conhecimento da realidade económica do país. A idade é também uma variável que está positiva e significativamente associada ao conhecimento da realidade económica do país.

**Palavras-chave:** literacia económica, desempenho económico, política económica, opinião, inquérito, formação em Economia

## Economic Literacy, Perceptions of Economic Performance, the Role of Government and the Enrolment on Economic Courses

### **Abstract**

This work is based on data collected through surveys that were implemented to students of University of Minho. It is focused on economic literacy, on the opinion about the role of political economic institutions and decisions of economic policy and on the knowledge of the economic performance of the country. It is given special attention to the impact that the enrolment in Economy courses has on the three aspects above.

Individuals that study economics have a higher economic literacy. Other aspects that are significantly associated to economic literacy in a positive way are the year of study in which a given student is, being male, income of the family, whether the student is capable of self-report his political position and the fact of reporting it and the knowledge of the economic performance of the country.

The opinion about the role of political economic institutions appears to be affected by age, economic literacy, grade of access to college and gender. Individuals that know the value of public debt interest expenses are more likely to support public debt renegotiation and individuals that know the value of public expenditure are more likely to support the diminishing of the social expenditures of the state.

For values of economic literacy that are bigger than the percentile 25 of this sample, economic literacy is associated with a better knowledge of the economic performance of the country. Age is also a variable that is positively and significantly associated to the knowledge of the economic performance of the country.

**Keywords:** economic literacy, economic performance, economic policy, opinion, survey, Economy classes

## Índice

I. Introdução.....	1
II. Revisão de Literatura.....	3
III. Metodologia.....	15
1. Literacia Económica.....	15
2. Opiniões sobre o Papel das Instituições e Decisões de Política Económica....	15
3. Perceções do Desempenho Económico.....	16
IV. Dados.....	18
1. Recolha de Dados e Composição da Amostra.....	18
2. Variáveis.....	19
V. Resultados.....	22
1. Literacia Económica.....	22
1.1. Estatística Descritiva.....	22
1.2. Determinantes da Literacia Económica.....	24
2. Opiniões sobre o Papel das Instituições e Decisões de Política Económica....	28
2.1. Estatística Descritiva.....	28
2.2. Determinantes da opinião sobre o papel das instituições de política económica: análise por questão.....	29
2.2.1. Condução da Política Monetária.....	30
2.2.2. Aumento da tributação às empresas como forma de redução do défice.	32
2.2.3. Expansão Orçamental como medida de combate às recessões.....	34
2.2.4. Intervenção do Estado nos preços dos combustíveis.....	36
2.2.5. Introdução de tarifas às importações.....	37
2.3. Determinantes da posição acerca do papel das instituições de política económica.....	39
2.4. Determinantes da opinião sobre decisões de política económica.....	43
2.4.1. Renegociação da Dívida Pública.....	43
2.4.2. Diminuição das Despesas Sociais do Estado.....	45
3. Perceções do Desempenho Económico.....	48
3.1. Estatística Descritiva e análise por questão.....	48
3.1.1. Défice.....	49

3.1.2. Emprego.....	50
3.1.3. Inflação.....	53
3.1.4. Despesa e Receita Pública.....	54
3.1.5. Crescimento Económico.....	56
3.1.6. Dívida Pública e Despesas com Juros.....	57
3.1.7. Despesas Sociais do Estado.....	60
3.2. Determinantes do Conhecimento do Desempenho Económico.....	61
VI. Conclusão.....	64
VII. Referências Bibliográficas.....	67
Anexo: Inquérito de Literacia Económica e Perceções do Desempenho Económico e do Papel do Governo na Economia.....	69

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Amostra.....	19
Tabela 2 - Variáveis que mensuram a literacia económica: estatística descritiva.....	22
Tabela 3 – Literacia Económica por Curso.....	23
Tabela 4 – Determinantes da Literacia Económica.....	25
Tabela 5 - Variáveis relacionadas com a opinião sobre o papel das instituições e decisões de política económica: estatística descritiva.....	28
Tabela 6 - Determinantes da opinião sobre a condução da política monetária.....	30
Tabela 7 - Determinantes da opinião sobre o aumento da tributação às empresas.....	33
Tabela 8 - Determinantes da opinião sobre a expansão orçamental como medida de combate às recessões.....	34
Tabela 9 - Determinantes da Opinião da Intervenção do Estado nos preços do petróleo.....	36
Tabela 10 - Determinantes da opinião sobre a introdução de tarifas às importações...38	
Tabela 11 - Índice "IL" por curso.....	40
Tabela 12 - Determinantes da posição acerca do papel das instituições de política económica.....	41
Tabela 13 - Determinantes da opinião sobre a renegociação da dívida pública.....	44
Tabela 14 - Determinantes da Opinião sobre a diminuição das despesas sociais do Estado.....	46
Tabela 15 - Variáveis relativas ao conhecimento do desempenho económico: estatística descritiva.....	48
Tabela 16 - Modelo explicativo do conhecimento do valor do défice.....	50
Tabela 17 - Modelos explicativos do conhecimento do valor das variáveis relacionadas com o emprego.....	51
Tabela 18 - Modelos explicativos do conhecimento dos valores das variáveis relacionadas com a inflação.....	53

Tabela 19 - Modelos explicativos do conhecimento dos valores da receita e da despesa pública.....	55
Tabela 20 - Modelos explicativos do conhecimento da taxa de crescimento do PIB.....	56
Tabela 21 - Modelos explicativos do conhecimento dos valores da dívida pública e da despesa com juros.....	58
Tabela 22 - Modelos explicativos do conhecimento do valor das despesas sociais do Estado.....	60
Tabela 23 - Conhecimento do desempenho económico português por curso.....	61
Tabela 24 - Modelos explicativos do conhecimento da performance económica do país.....	62

## **I. Introdução**

As percepções que os indivíduos têm acerca do papel do governo na economia, assim como das restrições orçamentais do mesmo, no curto e no longo prazo, são aspetos importantes no que à sustentabilidade das finanças públicas diz respeito, assumindo especial relevância no atual contexto de elevado endividamento soberano português.

A frequência de cursos ou aulas de Economia pode ser vista como algo que, potenciando a literacia económica, torna os indivíduos também mais conscientes do papel do governo e dos efeitos das suas políticas, podendo melhorar a capacidade destes monitorizarem e avaliarem as políticas implementadas.

Embora não haja uma só definição possível para literacia económica, interessa no âmbito deste trabalho, à semelhança do ocorrido em trabalhos anteriores, defini-la como o conhecimento em teoria económica básica de um indivíduo. A avaliação da literacia económica de estudantes de vários campos de estudos, assim como o estudo da relação desta com a percepção do desempenho económico do país, é importante para as políticas educativas, uma vez que pode clarificar o papel do estudo da Economia na formação de indivíduos mais capazes de monitorizarem as ações do governo, contribuindo para a existência de uma sociedade civil mais consciente do relevo das políticas económicas e mais esclarecida relativamente ao impacto e à adequabilidade das mesmas ao cenário macroeconómico.

O objetivo último deste trabalho é avaliar se a frequência de cursos de Economia implica uma melhoria efetiva quer na literacia económica quer nas opiniões político-económicas e na consciência do desempenho económico do país, até para se conseguir ter uma ideia mais precisa dos potenciais ganhos, no que à responsabilização política diz respeito, da introdução de disciplinas de Economia num espectro mais amplo de cursos universitários, ou mesmo secundários.

Assim, procura-se inferir a relação entre a frequência de cursos de Economia e a literacia económica, bem como a implicação destas na percepção que os indivíduos têm do desempenho económico do país e do papel das instituições políticas. Para tal, foram realizados inquéritos a estudantes do curso de Economia e de outros oito cursos de seis escolas diferentes da Universidade do Minho. As perguntas do inquérito contido em anexo foram baseadas noutras anteriormente utilizadas em estudos

publicados em revistas académicas internacionais, adaptadas, quando necessário, à realidade portuguesa. Foram também colocadas no mesmo questões factuais acerca da economia portuguesa.

Na secção II é apresentada uma revisão da literatura sobre aspetos como os efeitos do estudo de Economia no curto prazo e no longo prazo, os determinantes da literacia económica ou o conhecimento que a população tem do desempenho económico do seu país. A secção III descreve a metodologia adotada para a formulação de modelos relacionados com os tópicos acima referidos e para a sua estimação sendo, no que aos métodos de estimação diz respeito, utilizados neste trabalho os modelos OLS, Probit e Logit. Na secção IV são descritos o processo de recolha de dados, a amostra e as variáveis contidas na base de dados criada para este trabalho. Na secção V são apresentados os resultados de estimação e na secção VI as conclusões e as considerações finais da dissertação.

## II. Revisão de Literatura:

A discussão acerca do efeito da formação em Economia no conhecimento económico e na visão que os indivíduos têm da sociedade, inicia-se na década de 1960. Stigler (1963) sugeriu que, no caso de ser administrado um teste sobre os atuais problemas económicos a indivíduos que se tivessem graduado há cinco anos ou mais, não haveria uma diferença substancial entre as respostas dos alunos que tivessem tido na sua formação universitária aulas de introdução à Economia ou mesmo um ano inteiro de estudo das matérias económicas e os restantes alunos. Apesar de, no presente trabalho, se utilizar uma amostra de atuais estudantes e de, conseqüentemente, por meio da mesma ser impossível avaliar a “hipótese de Stigler”, é importante referi-la quer por constituir uma acusação à efetividade do estudo da Economia, quer por marcar o início da reflexão sobre os efeitos da formação em Economia dos indivíduos.

A “hipótese de Stiegler” seria posteriormente analisada empiricamente por Bach e Saunders (1965;1966), que utilizaram inquéritos com perguntas de escolha múltipla para examinar o conhecimento económico numa amostra que continha professores de Ciências Sociais do ensino secundário. Os resultados que obtiveram corroboraram a ideia de Stiegler (1963). No entanto, Saunders (1980) questiona a robustez dos resultados anteriormente obtidos em conjunto com o seu coautor, referindo que a amostra dos estudos anteriores estava limitada aos professores de Ciências Sociais do ensino secundário, podendo, assim, ser não representativa de todos os antigos estudantes dos princípios da Economia da população, e também que não existiam dados sobre as habilidades académicas destes ou das notas obtidas a Economia quando os indivíduos em questão eram estudantes universitários, o que pode implicar a existência de variáveis omitidas relevantes para a explicação da literacia económica desses indivíduos. Outra limitação apontada aos estudos anteriores reside no facto das questões de inquérito utilizadas serem retiradas do *Test of Economic Understanding* (1964), que foi à época um teste desenhado para estudantes do ensino secundário.

Saunders (1980) volta a testar empiricamente a “hipótese de Stiegler”, utilizando desta vez um inquérito com questões de escolha múltipla baseadas em questões de testes universitários. Avaliando os inquiridos em três momentos distintos

- após a conclusão da formação em Economia, dois anos após a conclusão desta e cinco anos após a conclusão da mesma – consegue, ainda, avaliar o impacto da frequência de cursos introdutórios à Economia no conhecimento económico ao longo do tempo. Para além disto, o autor possui dados sobre os hábitos de leitura dos inquiridos, as notas escolares dos mesmos e outras variáveis que permitiram obter uma ideia mais precisa do nível intelectual de cada um dos indivíduos, por forma a evitar, na análise de regressão efetuada, a omissão de variáveis relevantes para a explicação do conhecimento económico dos mesmos. Através destas melhorias metodológicas, o autor encontrou resultados que indicam que a “hipótese de Stiegler” é demasiado pessimista, embora, segundo este autor, o conhecimento económico de quem frequenta cursos de introdução à Economia tenda, ao longo do tempo, a aproximar-se do daqueles que não os frequentam. Saunders (1980) acrescenta que o impacto da frequência dos cursos referidos na literacia económica se faz, não só por via dos conhecimentos adquiridos durante o tempo de estudo, mas também através do estímulo do interesse nas matérias económicas, que encoraja os indivíduos a acompanharem mais frequentemente as notícias sobre a atualidade económica ou a lerem algumas revistas e jornais da especialidade.

Walstad e Soper (1988) procuraram estudar o conhecimento das matérias económicas entre os estudantes do ensino secundário. Utilizaram uma amostra, a nível nacional, de estudantes que realizaram a segunda edição do *Test of Economic Literacy*, um teste destinado a avaliar, por meio de questões de escolha múltipla, conhecimentos dos conceitos elementares de Economia. Metade dos estudantes inquiridos estava a obter formação específica em Economia e outra metade em outras áreas das Ciências Sociais. A análise de regressão efetuada pelos autores evidencia que estudantes cuja formação é em Economia têm melhores resultados do que os estudantes cuja formação é noutras ciências sociais, mas inclui algumas aulas de Economia, e que estes têm melhor literacia económica do que os estudantes de Ciências Sociais que não têm qualquer formação em Economia. Outros fatores que se mostraram estatisticamente relevantes para a explicação do conhecimento em economia foram o sexo, a etnia, o QI, o grau de envolvimento da escola num programa de formação de professores e desenvolvimento dos programas escolares, a quantidade de formação em Economia recebida pelo professor de Economia de cada estudante, o

rendimento das famílias dos estudantes, o tamanho da escola e a localização da mesma. Os autores também destacaram que a macroeconomia e a economia internacional foram as áreas nas quais os vários estudantes demonstraram piores conhecimentos, tal como o facto de os resultados serem, de um modo geral e mesmo entre os estudantes de Economia, um pouco insatisfatórios.

Nas mais recentes décadas, a investigação nesta área cresceu consideravelmente, não só em número de publicações, mas fundamentalmente no âmbito das mesmas, uma vez que as publicações passaram a estar menos focadas na “hipótese de Stiegler” e mais em matérias como os determinantes da literacia económica em vários sectores da sociedade, o impacto da mesma sobre as opiniões políticas dos indivíduos, as diferenças de opiniões políticas entre economistas e não economistas, ou o impacto da frequência de cursos de Economia na literacia económica.

Walstad (1997) é exemplo disso mesmo, tentando estudar não só os determinantes da literacia económica, como também o impacto da mesma, na opinião que as pessoas têm sobre as matérias de política económica. Para tal, realizou inquéritos telefónicos a uma amostra aleatória de 1005 pessoas, com idade igual ou superior a 18 anos, com perguntas retiradas do Inquérito Nacional à Literacia Económica Americano da Organização Gallup (1992), tendo este sido elaborado por um comité de especialistas em várias áreas como a educação, as ciências empresariais, e a economia.

Com base nos dados referidos, o autor começou por estimar um modelo explicativo da literacia económica que, neste caso, é captada através do número de respostas certas de cada indivíduo à secção do inquérito dedicada à mesma. No modelo estimado, a literacia económica é dependente de fatores como a idade, o sexo, a etnia, a formação em Economia na universidade, a formação em Economia no ensino secundário, a educação de cada indivíduo, o rendimento e a orientação política. De acordo com o autor, seria de esperar que indivíduos mais velhos tivessem maior literacia económica, que os homens tivessem mais literacia económica que as mulheres, que os indivíduos caucasianos tivessem mais literacia económica que os negros, que a educação e o rendimento tivessem também um impacto positivo na variável em análise e que os republicanos superassem os democratas no seu

conhecimento da Economia. Após a estimação, o autor constatou que ser mais velho, ter um maior rendimento, ser caucasiano, ser republicano, ser homem, ter uma maior nível educacional e ter frequentado aulas de Economia na universidade são fatores que têm um impacto positivo e estatisticamente relevante na literacia económica. Por outro lado, ter tido formação em Economia no ensino secundário é um fator que não está significativamente correlacionado com a literacia económica. O autor destacou, ainda, o facto da média de respostas corretas a esta secção do inquérito ser baixa, sendo 43% a percentagem média de respostas corretas.

Numa segunda fase do trabalho, o autor utilizou modelos probit, em que a literacia económica, tal como outras variáveis de controlo, é usada como variável explicativa da resposta de cada indivíduo a cada uma das questões (de resposta binária) de avaliação da opinião sobre assuntos de política económica efetuadas. Sabendo qual é a resposta que os economistas dão com mais frequência a cada uma das cinco questões que efetuou, o autor esperava que a resposta de cada inquirido tivesse mais probabilidade de ser igual à dada pelos economistas à medida que a literacia económica aumentasse. Os resultados obtidos demonstraram que a literacia económica é um fator explicativo estatisticamente relevante da probabilidade de responder de forma semelhante à dos economistas em cada uma das questões, sendo que nenhuma das outras variáveis incluídas no modelo revelou estar significativamente associada à resposta de todas as questões. Para refinar os seus resultados, o autor estimou ainda modelos probit, cujas variáveis dependentes foram, tal como anteriormente, a resposta a cada uma das cinco questões, nos quais, em vez de incluir a literacia económica como variável explicativa, incluiu o ter ou não acertado na resposta às questões do inquérito que estavam diretamente relacionadas com cada uma das questões de opinião. Mais uma vez encontrou uma relação estatisticamente relevante entre a variável dependente e a variável explicativa de interesse. Walstad (1997) concluiu, assim, que a literacia económica, quer em termos gerais, quer numa forma mais específica, é muito provavelmente o mais importante determinante da opinião de um indivíduo acerca de uma determinada questão de política económica.

Por sua vez, Walstad e Allgood (1999) procuram avaliar a literacia económica dos finalistas da universidade. Para tal utilizam dois inquéritos distintos. Um é o mesmo de Walstad (1997), outro é um questionário de 20 perguntas cujo conteúdo é

baseado em questões de escolha múltipla tipo das avaliações de Introdução à Economia na universidade. Utilizando dados provenientes de inquéritos diferentes, os autores pretendiam demonstrar que os resultados obtidos eram robustos às especificidades de cada inquérito utilizado.

No primeiro dos inquéritos realizados, os finalistas que durante o seu curso tiveram formação em Economia obtiveram, em média, uma percentagem de respostas corretas superior à dos que não tiveram, em catorze pontos percentuais, diferença essa que, apesar de modesta, é estatisticamente significativa. Com os dados do segundo inquérito, os autores confirmaram alguns dos resultados encontrados por Walstad (1997): os homens obtiveram melhores resultados do que as mulheres e os caucasianos obtiveram melhores resultados do que os negros e os hispânicos. Um novo resultado encontrado foi o do estudantes que revelavam ter mais aspirações académicas terem melhores resultados do que estudantes que apenas planeiam terminar a licenciatura, apesar deste resultado poder ser apenas um reflexo do primeiro dos grupos referidos ter melhores capacidades de aprendizagem. Estudantes com melhores notas revelaram, também, ter melhor literacia económica. Outras características, apesar de em menor grau de significância, evidenciaram ser igualmente significativas estatisticamente: estudantes a tempo inteiro tiveram melhores resultados do que estudantes a tempo parcial e estudantes cuja primeira língua não é o inglês tiveram melhores resultados do que aqueles cuja primeira língua é o inglês.

Walstad e Rebeck (2002) implementaram um novo estudo sobre os determinantes do conhecimento económico dos indivíduos e do impacto do mesmo na sua opinião sobre assuntos económicos. Utilizando uma metodologia idêntica à de Walstad (1997) isto é, estimando em primeiro lugar por OLS os determinantes da literacia económica e em segundo lugar, através do modelo probit a probabilidade de um indivíduo responder sim a uma questão de opinião sobre um assunto de política económica onde a literacia económica é uma das variáveis explicativas, este trabalho conseguiu, uma vez que tem mais dados e dados com diferentes proveniências, superar algumas das limitações do de Walstad (1997), que era baseado num só conjunto de perguntas e numa amostra mais restrita. Neste caso, os dados provêm de cinco inquéritos diferentes, implementados em 1992, 1994, 1996, 1998 e 1999, sendo

o primeiro dos quais aquele de que Walstad se serviu em 1997. No total são utilizadas 62 questões de avaliação da literacia económica.

Tal como em estudos anteriores, a literacia económica média da amostra revela ser baixa, com 48% de respostas corretas. A especificação dos modelos estimados para a mensuração dos determinantes da literacia económica tem por base o de Walstad (1997), tendo sido feitas adaptações quando um dos inquéritos realizados não fornece qualquer tipo de informação acerca de uma das variáveis do modelo em questão. Os resultados encontrados assemelham-se, em alguma medida, a resultados anteriores. Indivíduos do sexo masculino, caucasianos e com mais educação demonstram ter mais literacia económica. Já a idade demonstra ser apenas uma variável explicativa estatisticamente relevante da literacia financeira nos inquéritos, cuja orientação é predominantemente macroeconómica. O rendimento de cada indivíduo é também uma variável explicativa estatisticamente relevante na maior parte dos modelos estimados, bem como a orientação política, ainda que menos frequentemente que o rendimento, é uma variável explicativa relevante em alguns dos modelos, sendo que apenas com base nos dados de um dos cinco inquéritos é possível obter uma estimação na qual o ser apoiante do partido democrata está associado a mais literacia económica. O impacto da aprendizagem de Economia na literacia económica foi considerado como dependente do nível de ensino no qual os indivíduos usufruíram da mesma. Aprender economia na universidade parece ter um efeito positivo e duradouro, estatisticamente relevante na literacia económica, enquanto aprender economia durante o ensino secundário não parece ter qualquer efeito duradouro na literacia económica.

As análises efetuadas por meio do modelo probit revelam, por sua vez, que a literacia económica é a única variável explicativa que é estatisticamente relevante nas várias estimações efetuadas. Consistentes, com os resultados de Walstad (1997), os resultados de Walstad e Rebeck (2002) demonstram que quanto mais um indivíduo sabe sobre Economia, mais este tende a ter opiniões sobre temas económicos que se assemelham às dos economistas.

Adotando uma perspetiva mais macroeconómica, Jappelli (2010), avançou para uma comparação internacional da literacia económica, procurando discernir que fatores estão associados aos países com maior e menor literacia.

Para tal utilizou uma amostra com dados em painel relativos a 55 países e ao período entre 1995 e 2008. Não lhe sendo possível utilizar dados microeconómicos provenientes de inquéritos implementados à população, o autor serve-se do indicador de literacia económica do IMD WCY<sup>1</sup>, que resulta de inquéritos periódicos implementados a empresários de vários sectores de atividade e de vários tipos de empresa em cada um dos países da amostra. Como variáveis explicativas nas análises de regressão efetuadas o autor utiliza variáveis demográficas como a percentagem de população urbana do país, a esperança média de vida, o logaritmo do PIB *per capita*, a percentagem de população que possui acesso à internet, a percentagem de população que se inscreve ou termina os vários níveis de ensino, a taxa de contribuição para a segurança social, e ainda outras variáveis como o desenvolvimento financeiro ou o crédito privado em percentagem do PIB, variáveis que provêm de informação resultante dos testes PISA e o indicador de numeracia SHARE.

Os resultados que encontra refletem diferenças substanciais na literacia económica entre os países, assim como uma correlação positiva entre o valor de alguns indicadores do capital humano, como os resultados nos testes PISA ou a percentagem de população que vai para a universidade, e a literacia económica de cada país. Ainda de acordo com este autor, habitantes de países com sistemas de segurança social mais generosos tendem a ter menor literacia económica, uma vez que têm menos incentivos a procurar informação relativa a investimentos e à evolução da economia e dos mercados financeiros. Os países da América Latina e os países que pertenceram a regimes socialistas são os países nos quais se evidencia uma menor literacia económica, enquanto os países da Escandinávia e do Leste Asiático são os que apresentam melhores resultados. Portugal tem um mau resultado, sendo este semelhante ao dos países dos primeiros grupos referidos.

Blendon *et al* (1997) procuram discernir as diferenças entre as perceções que o público em geral e os economistas têm da realidade económica do país. Utilizando uma amostragem aleatória entre a população adulta (com a exceção dos economistas contidos na amostra, que tinham obrigatoriamente de ser membros da *American Economic Association* e de ter efetuado um Doutoramento em Economia), com dados

---

<sup>1</sup> World Competitiveness Yearbook é um relatório anual sobre a competitividade dos países elaborado desde 1989 pelo Institute for Management Development World Competitiveness Center

provenientes de inquéritos implementados ao nível nacional, os autores procuram perceber, em particular, o contraste entre a visão do cidadão comum e de economistas profissionais no que diz respeito a três dimensões da realidade económica: avaliações da performance económica atual e passada do país, expectativas relativas à evolução da economia e motivos pelos quais a economia não está a ter um melhor desempenho.

No que diz respeito às perceções acerca da performance económica do país, os autores chegam à conclusão de que uma grande parte do público pensa que a economia se está a comportar pior do que aquilo que as estatísticas oficiais sugerem. Destacam ainda que, em média, pessoas com formação superior têm perceções mais corretas acerca do desempenho económico atual. Relativamente às perceções sobre a evolução da economia, nos últimos 20 anos, constata-se que o público tem uma perceção bastante afastada da dos economistas, sendo que as perceções dos dois grupos apenas se aproximam no que diz respeito à evolução do *gap* salarial entre os mais ricos e os mais pobres. Também a respeito da desigualdade de rendimentos, Hopkins (2012), combinando indicadores económicos com dados dos *Michigan Surveys of Consumer Attitudes*, conclui que, mesmo sendo uma evidência a tendência de agravamento do *gap salarial*, esta não se reflete num afastamento das opiniões pessoais que os americanos têm acerca do estado da economia.

No que concerne às expectativas sobre a evolução da economia, Blendon *et al* (1997) concluem que o público tende a ser mais pessimista do que os economistas quer no que diz respeito a expectativas de muito longo prazo quer no que diz respeito a expectativas de médio prazo. Em particular, o público tende a encarar com mais ceticismo as mudanças tecnológicas, os acordos comerciais internacionais e a diminuição do tamanho de algumas empresas, enquanto os economistas tendem a encarar essas mudanças como benéficas no longo prazo. O público tende também a ser mais pessimista relativamente à evolução do nível de vida quer num horizonte temporal de 5 anos, quer num horizonte temporal maior.

Por último, os autores constataam que o público e os economistas apontam razões diferentes para explicar o facto de a economia não estar a ter uma evolução mais positiva. As razões mais frequentemente apontadas pelo público são o défice federal, a dependência excessiva do Estado de muitos indivíduos, o pagamento

excessivo aos executivos de topo e a deslocalização de muitos postos de trabalho. Por seu turno, os economistas apontam mais frequentemente razões como a inadequação da educação e da formação em contexto de trabalho, a baixa taxa de poupança e o pouco investimento das empresas na formação em contexto de trabalho como entraves ao crescimento económico.

Já Caplan (2002) utiliza dados do Inquérito sobre Economia aos Americanos e Economistas para estudar as diferenças entre as perceções e opiniões político-económicas entre os economistas e a população, procurando inferir se estas se devem maioritariamente à formação em Economia ou a outros fatores como o nível educacional, a orientação política ou o enviesamento em benefício próprio.

Os resultados encontrados pelo autor são consistentes com os que foram encontrados por Blendon *et al* (1997) quer no que toca às diferenças entre os economistas e o público na identificação dos principais fatores erosivos do crescimento económico, quer no que respeita ao maior otimismo dos economistas relativamente à evolução dos indicadores económicos. No entanto, Caplan (2002) explora de forma mais profunda essas diferenças, incluindo nas regressões que as procuram explicar, de forma sucessiva, controlos para o enviesamento em benefício próprio, o enviesamento ideológico ou o nível educacional. O autor capta os enviesamentos por interesse próprio através da inclusão de variáveis explicativas como a segurança do posto de trabalho, a evolução do rendimento do indivíduo nos cinco anos anteriores ao inquérito, o rendimento, a etnia ou a idade, uma vez que as variáveis dependentes das regressões estimadas, as respostas dos indivíduos a questões de opinião sobre políticas económicas, são tais, que estas variáveis podem funcionar como indicadores do tipo de política que mais beneficiaria o indivíduo inquirido.

Após adicionar controlos para o enviesamento em benefício próprio, o autor constata que as diferenças de opinião entre economistas e não economistas não se alteram significativamente, existindo apenas uma modesta aproximação entre as mesmas. No entanto, controlando simultaneamente para o enviesamento em benefício próprio e para o enviesamento ideológico, a aproximação das opiniões é maior. A adição do nível educacional torna esta aproximação ainda maior, fazendo o autor concluir que a formação em Economia é apenas responsável por cerca de um

quarto das diferenças de opinião entre economistas e a restante população, acrescentando que a educação e a formação em Economia tipicamente alteram as crenças acerca da realidade económica no mesmo sentido.

Blinder e Kreuguer (2004) procuram discernir o impacto que a ideologia, o interesse próprio e o conhecimento económico têm na opinião do público acerca dos assuntos económicos. Chegam à conclusão de que, de entre as três, a ideologia é a mais importante, seguindo-se-lhe o conhecimento económico e, por fim, o interesse próprio. Para tal, recolheram dados via inquérito telefónico a uma amostra aleatória da população norte americana com idade igual ou superior a 18 anos.

Para chegarem às conclusões referidas, os autores começam por definir um modelo em que cada opinião individual é uma função de uma variável que capta o interesse próprio, da ideologia do indivíduo, do seu conhecimento em Economia, da sua educação e de um vetor de variáveis demográficas como a raça, o sexo, a idade e o rendimento. Paralelamente desenvolvem modelos que procuram explicar as fontes onde as pessoas procuram obter informação acerca da economia e o porquê das pessoas escolherem ou não informar-se.

No que diz respeito ao desejo de obtenção de informação, os autores constatarem que cerca de 50% dos indivíduos considera ser muito importante estar bem informado acerca dos principais assuntos de política económica. Este desejo não varia muito entre diferentes grupos da população, destacando-se apenas o facto dos mais velhos reportarem um desejo de informação ligeiramente superior ao dos mais novos e o dos indivíduos empregados demonstrarem um menor desejo de obtenção de informação do que os desempregados, aposentados e estudantes.

Os autores constataram ainda que as variáveis económicas, como a educação, o rendimento e o estar empregado influenciam mais os motivos pelos quais os indivíduos querem estar informados do que as variáveis demográficas. Por exemplo, indivíduos mais ricos tendem a indicar as finanças pessoais e a relevância da informação para a decisão de forma mais frequente como motivos para quererem estar informados, enquanto os indivíduos com um menor rendimento indicam mais frequentemente o desejo de estar bem informados como um motivo relevante relativamente aos mais ricos.

No que concerne às fontes de informação, os autores destacam a televisão como a principal. Um resultado surpreendente foi o das pessoas listarem os jornais locais mais frequentemente do que os jornais nacionais como uma fonte de obtenção de informação económica relevante, mesmo tendo em conta o facto do inquérito se referir especificamente a informação relativa ao orçamento federal e à Segurança Social. As discussões com amigos e familiares são apontadas como outra fonte relevante, enquanto o rádio e as revistas são tidas como fontes pouco relevantes. As declarações feitas por economistas são também uma fonte com alguma importância, sendo indicadas mais frequentemente do que fontes como a internet, as declarações de empresários ou líderes religiosos, as revistas ou os livros. Os testes efetuados demonstram que os mais velhos utilizam com mais frequência quase todas as fontes de informação, sendo exceções a rádio e a Internet, mais frequentemente utilizadas pelos mais novos. Outra constatação é a de que as pessoas mais ricas e com mais educação fazem mais uso do rádio, dos jornais, das revistas, da internet e das declarações dos empresários e dos economistas para se informarem. Pessoas com maior interesse e envolvimento político fazem um maior uso de todas as fontes de informação e liberais e conversadores distinguem-se sobretudo pelos jornais que leem.

No que concerne à intensidade de utilização das fontes de informação, Blinder e Krueger (2004) destacam que as pessoas com educação universitária, com maiores rendimentos e maior envolvimento político reportam uma utilização mais intensiva das fontes de informação.

Por último, os autores tentaram avaliar o conhecimento dos indivíduos sobre os assuntos económicos, focando-se em questões de facto relacionadas com assuntos como o défice do orçamento federal, o acesso a serviços de saúde, o salário mínimo, o nível de impostos pago pelo americano comum ou a composição do sistema fiscal. Destacam que, com a exceção da questão relacionada com a dimensão do défice federal, o conhecimento dos factos económicos é muito escasso. As análises de regressão efetuadas demonstraram que a educação, o rendimento e o facto de o indivíduo ser casado estão significativamente associados ao conhecimento económico. O desejo de obtenção de informação, assim como o facto da fonte primária de informação utilizada ser o jornal, as revistas ou as declarações dos economistas afetam positiva e significativamente o conhecimento da realidade económica. O facto de o

indivíduo se conseguir definir ideologicamente tem o mesmo efeito. Por outro lado, a ideologia política em si e a intensidade do uso das fontes de informação não são variáveis explicativas relevantes.

Já Ross (2007) implementou um inquérito a estudantes com o objetivo de discernir se estes distinguem os eventos macroeconómicos relevantes dos irrelevantes. O inquérito desenhado pelo autor incluía falsas notícias de jornal acerca de vários eventos hipotéticos, tendo os inquiridos que prever as consequências desses eventos no PIB, na taxa de desemprego e na taxa de inflação. O autor conclui que, em média, os indivíduos subestimam a diferença do impacto dos eventos relevantes e irrelevantes sob o ponto de vista da teoria económica nas variáveis em questão. E que essa subestimação se deve sobretudo à sobrestimação do impacto dos eventos irrelevantes como a poluição das zonas costeiras ou a deslocalização de uma linha de montagem. O autor acrescenta ainda que estudantes do sexo masculino e com boas notas às unidades curriculares de Introdução à Macroeconomia são os que têm opiniões mais alinhadas com as que se deduzem a partir dos modelos económicos. Conclui ainda que a leitura de jornais também produz o efeito anteriormente referido, especialmente nas mulheres, enquanto a exposição frequente a notícias televisivas, sobretudo de canais privados, produz o efeito contrário.

### **III. Metodologia:**

O presente trabalho pode ser dividido em três partes: a primeira parte diz respeito à literacia económica e aos seus determinantes; a segunda parte foca-se no estudo das opiniões sobre o papel das instituições de política económica, assim como nalgumas decisões em concreto das mesmas que são pertinentes tendo em conta o contexto macroeconómico português; a terceira parte tem que ver com as perceções do desempenho económico e com os fatores que influenciam as mesmas.

#### **1.Literacia económica:**

Na primeira das três partes referidas é feita uma abordagem inicial, essencialmente descritiva, aos dados, na qual se pretende obter uma ideia dos valores médios da variável em análise, quer de forma agregada, quer por curso frequentado pelo indivíduo. Utiliza-se a variável LI como quantificador da literacia económica, sendo o valor desta variável, tal como em Walstad (1997), igual ao número de respostas certas dadas por cada aluno na secção A do inquérito implementado.

Posteriormente é feita uma análise de regressão que procura discernir as variáveis que estão significativamente associadas à variável em análise. Utilizam-se várias especificações de modelos explicativos da literacia económica, nos quais se incluem nas variáveis explicativas fatores sociodemográficos, variáveis que procuram captar o interesse e o posicionamento político, controlos para as habilidades académicas e variáveis binárias que indicam o tipo de formação em Economia que um dado indivíduo recebe (estudante do curso de Economia, estudante de outro curso da Escola de Economia e Gestão (EEG), estudante exterior à EEG mas cujo curso tem unidades curriculares lecionadas pelo departamento de Economia), estimados por OLS e realizam-se testes para verificar se há ou não violação de hipóteses clássicas como a homoscedasticidade e a multicolineariedade.

#### **2.Opiniões sobre o papel das instituições e decisões de política económica**

Por sua vez, a análise efetuada na segunda das três partes referidas tem por base as respostas a sete questões da secção B do inquérito. Cinco destas são questões mais gerais sobre instituições e decisões de política económica e duas são questões

sobre decisões de política económica que estão mais relacionadas com o contexto político e macroeconómico português.

Tal como na primeira das três partes começa por ser feita uma análise mais descritiva dos dados, onde se observa a percentagem de respostas “sim” a cada uma das sete questões referidas.

Com base nas cinco primeiras questões referidas é construído o índice IL, que assume valores entre -5 e 5, e procura quantificar o posicionamento do indivíduo em questões de política económica, sendo -5 a classificação mais liberal e 5 a classificação mais intervencionista. Para construir este índice subtraiu-se um ponto sempre que cada indivíduo dava uma resposta desfavorável à atuação do Estado, somou-se um ponto quando dava uma resposta favorável e não se teve em consideração a resposta quando algum aluno revelava não ter opinião na questão. Foram excluídos do índice indivíduos que não responderem ou revelaram não ter opinião a mais de três das cinco questões. Por OLS, e utilizando diferentes especificações, tentou concluir-se quais as variáveis que estão significativamente associadas ao índice.

Utiliza-se também nesta secção o modelos probit, e os respetivos efeitos marginais calculados para o caso em que cada regressor assume o valor da sua média, para descobrir que variáveis afetam a probabilidade de responder “sim” ou “não” a cada uma das sete questões de opinião referidas. Estas têm que ver com a condução da política monetária, o aumento da tributação às empresas como forma de combater o défice, a expansão orçamental como forma de combater uma recessão, o controlo estatal das flutuações do preço do petróleo, a existência de tarifas às importações, a renegociação da dívida pública portuguesa e a diminuição das despesas sociais do Estado português.

### **3.Percepções do desempenho económico**

Na última das secções referidas são focadas as restantes questões da secção B do inquérito, que são questões factuais sobre a economia portuguesa, começando-se, também aqui por olhar para percentagem de repostas certas a cada uma das questões. As questões referidas, que originam treze variáveis, são agrupadas em sete categorias diferentes, de acordo com a temática macroeconómica a que dizem respeito. Estas

são: déficit, emprego, inflação, receita e despesa pública, crescimento económico, dívida pública e juros e, por último, despesas sociais do Estado.

De seguida é efetuada uma análise individual a cada uma das questões, através do modelo probit, que procura distinguir as variáveis que estão significativamente associadas à probabilidade de acertar cada questão. É também efetuada uma análise descritiva a cada questão, na qual se olha para a percentagem de respostas certas em função do curso representado.

Por último é criado o índice “Pecon”, que, tal como o índice utilizado por Blinder e Kreuguer (2004), é igual ao número de respostas certas às questões factuais sobre a economia portuguesa, quantificando assim o conhecimento que cada indivíduo possui sobre a performance económica do país. O tratamento econométrico deste índice é em tudo semelhante ao dos dois anteriores, isto é, testaram-se algumas especificações de modelos estimados por OLS para distinguir as variáveis significativamente associadas ao valor do índice.

Os modelos utilizados neste trabalho podem ser descritos, de forma algo simplista, pela seguinte equação:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 Eco_i + \beta_2 EEG_i + \beta_3 Feco_i + kX_i + e_i,$$

onde  $Y_i$  representa, dependendo do tópico em análise o índice de literacia económica, o índice de posicionamento nas matérias de política económica ou as repostas às questões de opinião ou o índice de conhecimento da realidade económica ou a resposta às questões individuais deste tema. As variáveis  $Eco_i$ ,  $EEG_i$  e  $Feco_i$  são as variáveis binárias que identificam o tipo de formação em Economia que cada indivíduo possui.  $X_i$  representa uma matriz de variáveis sociodemográficas e político-ideológicas.  $\beta_0$ ,  $\beta_1$ ,  $\beta_2$  e  $\beta_3$  simbolizam os coeficientes a estimar e  $k$  um vetor de coeficientes a estimar. Finalmente,  $e_i$  representa o termo de erro.

#### **IV.Dados**

Os dados que suportam este trabalho resultam da implementação do inquérito em anexo. Todos os inquéritos foram implementados de forma presencial, na parte inicial ou final das aulas de cada turma, e a implementação cingiu-se a alunos da Universidade do Minho. Este é constituído por três partes. A primeira parte consiste numa aferição dos conhecimentos de cada indivíduo, em questões de teoria económica de nível básico. A segunda parte destina-se a averiguar as opiniões individuais acerca do papel das instituições políticas na economia, assim como as perceções sobre o desempenho económico do país. A terceira parte é um levantamento das características sociodemográficas e políticas do indivíduo consideradas de interesse para o trabalho em questão.

##### **1.Recolha de Dados e Composição da Amostra**

A implementação dos inquéritos principiou com uma ronda piloto, no princípio de Outubro de 2014, com a turma do 2ºano de Contabilidade da Universidade do Minho. Tendo esta decorrido com sucesso, e não tendo sido necessário efectuar alterações de relevo no inquérito, as respostas dos alunos da ronda piloto foram incluídas na amostra.

Após terem sido efetuados ajustes menores no inquérito, decorreu a primeira ronda de implementação, entre o final de Outubro e o princípio de Dezembro de 2014. Nesta foram inquiridos 370 alunos, dos cursos de Economia, Gestão, Ciência Política, Direito, Educação Básica, Engenharia Biomédica e Biologia e Geologia. Desta ronda resulta a maior parte da amostra, apesar desta ter sido também marcada por uma baixa taxa de sucesso, de cerca de 20%, na solicitação via e-mail aos professores por forma a implementar os inquéritos em aula.

Uma segunda ronda de implementação dos inquéritos ocorreu em Fevereiro de 2015, no início do 2ºsemestre letivo. Esta permitiu não só adicionar 90 novas observações à amostra, mas também incluir na mesma o 3º ano do curso de Economia e alunos de Ciências da Comunicação, que assumem algum relevo quando se fazem questões factuais que são notícia frequente na comunicação social.

Assim, foi conseguida uma amostra de 494 observações, com alunos pertencentes a 9 cursos e a 6 escolas distintas da Universidade do Minho. A tabela seguinte ilustra a amostra utilizada neste trabalho.

**Tabela 1- Amostra**

Curso	Biologia Geologia	Engenharia Biomédica	Educação Básica	Ciências Comunicação	Direito	Ciência Política	Contabilidade	Gestão		Economia		
Ano	2º	3º	3º	2º	2º	1º	2º	1º	3º	1º	2º	3º
Nº de alunos	40	41	26	42	45	16	34	33	59	37	71	50
Nº de ECTS de UC's de Economia <sup>2</sup>	0	0	0	0	10	6	10	12	24	12	60	96

## 2.Variáveis

Do tratamento da informação proveniente dos inquéritos resultam dezenas de variáveis que podem ser agrupadas em sete categorias: as variáveis sociodemográficas, as variáveis politico-ideológicas, as variáveis de tratamento, os índices, as respostas às questões de literacia económica, as respostas às questões de opinião e as respostas às questões factuais sobre a economia portuguesa.

As variáveis sociodemográficas provêm das respostas à secção C do inquérito, sendo as variáveis mais utilizadas como variáveis explicativas nos modelos estimados. Neste conjunto de variáveis encontram-se as variáveis: “Curso”, que indica o curso frequentado pelo indivíduo; “Ano”, que indica o ano do curso que o indivíduo frequenta; “Idade”, que indica a idade do indivíduo, e “Idade2” que é o quadrado da idade do indivíduo; “Sexo”, que é uma variável binária que assume o valor 0 caso o indivíduo seja do sexo feminino e 1 caso seja do sexo masculino; “TE”, que é também uma variável binária que assume o valor 1 caso o indivíduo seja trabalhador estudante e 0 caso contrário; “Ncurso” e “NAES”, que indicam respetivamente a média atual do curso e a nota de acesso ao ensino superior de cada indivíduo, podendo assim

<sup>2</sup> São tidos em conta os ECTS relativos às Unidades Curriculares (UC's) obrigatórias completadas até ao momento em que ocorreu a implementação do inquérito no caso dos alunos de Contabilidade e do 3º ano de Economia, uma vez que nestes casos a implementação do inquérito ocorreu na parte inicial de um semestre letivo. Nos casos dos alunos do 1º ano dos cursos de Ciência Política, Gestão e Economia e dos alunos do 2º ano de Economia e de Direito são também tidos em conta os ECTS das UC's em curso, uma vez que no momento da implementação do inquérito, as aulas do respetivo semestre já estavam no seu término.

funcionar como controlo para as habilidades académicas; “NAES2” é uma variável que representa o quadrado da variável “NAES”, tendo sido gerada para testar especificações alternativas de alguns modelos; “Rfam” é uma variável categórica que assume valores inteiros entre 1 e 6 de acordo com a categoria de rendimento na qual o indivíduo posiciona o seu agregado familiar, correspondendo 1 à categoria mais baixa, “menor do que 505 euros (salário mínimo)” e 6 à mais alta, “maior do que 2500 euros”; “EP” e “EM” são também variáveis que assumem valores entre 2 e 22, de acordo com o nível de escolaridade que cada indivíduo atribui ao seu pai e à sua mãe respetivamente, correspondendo 2 a “até 4 anos de escolaridade” e 22 a “doutoramento”, uma vez que 2 anos e 22 anos são tipicamente o número de anos que cada indivíduo presente nessas em cada uma dessas duas categorias passou a estudar; “ECURR” e “ESEC” são variáveis binárias que dizem respeito ao facto do indivíduo ter ou não tido formações extracurriculares em Economia ou ter frequentado ou não o curso de ciências socioeconómicas no ensino secundário, mas que, devido ao facto de assumirem quase sempre o valor 0, não são utilizadas nas análises de regressão;; “Rsoc” é uma variável categórica que assume valores de 1 a 6 consoante o indivíduo posiciona o rendimento do seu agregado familiar dentro da sociedade portuguesa; “Exp” é outra variável categórica cujo valor é obtido pela diferença das respostas às duas últimas questões do inquérito, isto é, caso um indivíduo posicione o rendimento do seu agregado familiar dentro da sociedade portuguesa na categoria 3 e considere que o seu posicionamento na mesma escala daqui a 10 anos será 5, “Exp” assume o valor de 2.

Dento das variáveis político-ideológicas temos: “V”, que é uma variável binária que assume o valor 1 caso o indivíduo afirme ter participado em todas as eleições presidenciais e legislativas desde que é maior de idade e 0 caso contrário; “OP” é uma variável binária que assume o valor 1 caso o indivíduo revele o seu posicionamento político e 0 caso não o revele ou não o saiba; “PosP”, é uma variável categórica que diz respeito ao posicionamento político do indivíduo, sendo 1 o valor mais à direita e 6 o valor mais à esquerda.

As variáveis tratamento são “Eco”, “EEG” e “Feco”, que são as variáveis binárias que se destinam a mensurar o impacto da formação em Economia no valor dos vários índices criados e na probabilidade de dar uma determinada resposta às questões de

opinião e às questões factuais. “Eco” tem o valor de 1 caso o indivíduo seja aluno de Economia e 0 caso contrário. “EEG” tem o valor de 1 caso o indivíduo seja aluno de um curso da Escola de Economia e Gestão que não Economia (casos dos cursos de Gestão, Contabilidade e Ciência Política) e 0 caso contrário. “Feco” assume o valor de 1 caso o indivíduo seja aluno de um curso que, não sendo da Escola de Economia e Gestão, tenha Unidades Curriculares da área de Economia (caso do curso de Direito) e 0 caso contrário.

Os índices presentes neste trabalho são “LI”, “IL” e “Pecon”, e já foram explicados na secção III. “lnLI” e “LI2” são respetivamente o logaritmo e o quadrado do índice “LI”, tendo sido estas variáveis criadas para estimar especificações alternativas de alguns modelos. “lnPecon” e “Pecon2” são respetivamente o logaritmo e o quadrado do índice “Pecon”, e são também variáveis geradas para os mesmos fins que as duas anteriores.

As respostas às questões de literacia económica dão origem às variáveis “P1”, “P2”, “P3”, “P4”, “P5”, “P6”, “P7”, “P8”, “P9” e “P10”, todas elas variáveis binárias que assumem o valor de 1 caso o indivíduo tenha respondido corretamente à questão e 0 caso tenha respondido de forma errada.

As respostas às questões de opinião originam as variáveis binárias “O1”, “O2”, “O3”, “O4”, “O5”, “RenegDv” e “DSEdim”, que têm o valor de 1 caso o indivíduo tenha respondido “Sim”<sup>3</sup> ou 0 caso o indivíduo tenha respondido “Não”<sup>4</sup> à questão.

As respostas às questões factuais dão origem às variáveis binárias “Dfice” “TxDesem” “DesemC” “EmpC” “TxInf” “InfC” “RecP” “DesP” “TxCPiB” “DvP” “DesJuros” “DSE”, que assumem o valor de 1 caso o indivíduo tenha respondido corretamente à respectiva questão e 0 caso não o tenha feito. “DesRec” é uma variável binária que assume o valor 1 caso o indivíduo tenha indicado na pergunta 13 da secção B um valor para a despesa pública superior aquele que indicou para a receita pública na pergunta 12 da mesma secção, e que assume o valor de 0 caso contrário.

---

<sup>3</sup> No caso da variável “O1”, o valor é 1 caso o indivíduo tenha respondido “De um Banco Central Independente” à questão 1 da secção B do inquérito

<sup>4</sup> No caso da variável “O1”, o valor é 0 caso indivíduo tenha respondido “Do Governo” à questão 1 da secção B do inquérito

## V.Resultados

À semelhança da secção III, esta secção será dividida em três partes, sendo a primeira dedicada ao estudo das questões e do índice de literacia económica, a segunda às questões de opinião sobre o papel de instituições e de decisões de política económica e ao índice respetivo e a terceira às perceções do desempenho económico e ao seu índice de conhecimento da performance económica portuguesa.

### 1.Literacia Económica

Esta secção está dividida em três partes. A parte 1 diz respeito à estatística descritiva, a parte 2 é sobre os determinantes da literacia económica, estimados com diferentes especificações, e respetivos testes, e a parte 3 descreve os resultados obtidos através da estimação dos determinantes da literacia económica por meio dos modelos probit e logit ordenado.

#### 1.1. Estatística Descritiva

A seguinte tabela elucida-nos sobre a percentagem de respostas corretas a cada uma das questões de literacia económica da secção A do inquérito, assim como do valor médio do índice “LI” e dos desvios-padrão, quer do índice referido, quer das variáveis que resultam de cada pergunta.

Tabela 2 - Variáveis que mensuram a literacia económica: estatística descritiva

Variável	Observações	Média	Desvio-Padrão
P1	494	0.621	0.486
P2	494	0.901	0.299
P3	494	0.879	0.327
P4	494	0.326	0.469
P5	494	0.889	0.315
P6	494	0.791	0.407
P7	494	0.783	0.412
P8	494	0.872	0.334
P9	494	0.696	0.460
P10	494	0.577	0.495
LI	494	7.338	2.000

Através da tabela 2 constatamos que o nível médio de literacia económica entre os alunos inquiridos na Universidade do Minho é de aproximadamente 7,34 unidades, sendo 10 o valor máximo e 0 o valor mínimo possível. É de realçar que a pergunta 4, sobre a condução da política monetária portuguesa é, de forma destacada, aquela que tem uma menor percentagem de respostas certas (cerca de 33%), sendo que as perguntas sobre a variável que mensura o crescimento económico, as condições que levam à existência de um défice nas contas públicas, a condução da política orçamental e sobre a variável (dentro das opções concedidas) que mais afeta o poder de compra de um indivíduo são as que apresentam uma maior percentagem de respostas corretas, sendo as respetivas percentagens pertencentes ao intervalo entre 87% e 91%.

Importa destacar por último lugar que a média de respostas corretas obtidas por aluno, 73.4%, é bastante superior à obtida por Walstad (1997), que é de cerca de 43% e à obtida por Walstad e Rebbeck (2002), que é de cerca de 48%. Esta discrepância pode ser explicada pelo facto do presente inquérito ser aplicado a estudantes universitários, enquanto o de Walstad (1997) e os de Walstad e Rebbeck (2002) foram aplicados à população e também pelo facto de na presente amostra existir um considerável peso de indivíduos que têm formação em Economia no seu percurso académico.

**Tabela 3 - Literacia Económica por curso**

Curso	Variável	Observações	Média	P25	P50	P75
Biologia e Geologia	LI	40	5.800	5.000	5.000	7.000
Ciências da Comunicação	LI	42	6.333	5.000	6.000	8.000
Ciência Política	LI	16	6.625	5.000	6.500	8.000
Contabilidade	LI	34	7.471	6.000	7.000	9.000
Direito	LI	45	6.556	6.000	7.000	8.000
Economia	LI	158	8.386	8.000	9.000	10.000
Educação Básica	LI	26	6.038	5.000	6.500	7.000
Engenharia Biomédica	LI	41	6.293	5.000	7.000	7.000
Gestão	LI	92	7.956	7.000	8.000	9.000
<b>Total</b>	<b>LI</b>	<b>494</b>	<b>7.338</b>	<b>6.000</b>	<b>8.000</b>	<b>9.000</b>

Com base nos valores presentes na tabela 3 é possível dizer que os alunos do curso de Economia são os que apresentam uma maior percentagem de respostas corretas às questões de literacia económica (cerca de 84%), seguindo-se-lhes os alunos de Gestão, com cerca de 80% de respostas corretas. O curso cujos alunos evidenciam uma menor percentagem de respostas corretas é o de Biologia e Geologia, com 58% de respostas corretas.

Resta referir que apenas os alunos de um dos cursos que tem formação em Economia, Ciência Política, apresentam uma percentagem de respostas corretas inferior a um curso que não contém formação em Economia, Ciências da Comunicação, o que se pode dever ao facto dos alunos de Ciência Política presentes na amostra serem do 1º ano e não terem ainda obtido formação em Economia à data de realização do inquérito.

## **1.2. Determinantes da Literacia Económica**

Após terem sido feitas estimativas consecutivas de regressões através das quais se procura discernir as variáveis que estão associadas à literacia económica, ou ao seu logaritmo, de forma estatisticamente relevante seleccionaram-se os seguintes modelos que, apenas incluindo variáveis estatisticamente relevantes em pelo menos um deles, têm a máxima qualidade de ajustamento possível.

Tabela 4- Determinantes da Literacia Económica

Variáveis	(1)	(2)
	lin LI	log lnLI
Ano	0.427*** (0.118)	0.074*** (0.021)
Sexo	0.867*** (0.168)	0.132*** (0.028)
TE	-0.451* (0.244)	-0.089* (0.053)
Eco	2.257*** (0.229)	0.336*** (0.040)
EEG	1.751*** (0.203)	0.265*** (0.038)
Feco	0.626* (0.351)	0.105 (0.067)
OP	0.380*** (0.136)	0.077*** (0.024)
NAES	0.100** (0.051)	0.0105 (0.010)
Rfam	0.110* (0.063)	0.017* (0.010)
Pecon	0.074* (0.041)	0.007 (0.007)
Constante	2.409*** (0.779)	1.261*** (0.137)
Observações	419	419
R-quadrado	0.352	0.290
Prob>F	0.000	0.000

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de relevância estatística

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

A partir dos modelos cujos resultados de estimação estão presentes na tabela 4 podemos tirar várias conclusões quanto aos determinantes da literacia económica.

As variáveis “Ano”, “Sexo” e “TE” são estatisticamente significativas nos dois modelos, e a partir dos sinais dos seus coeficientes podemos concluir que, mantendo tudo o resto constante, a alunos de anos mais avançados está associada uma maior literacia económica, a alunos do sexo masculino está também associada uma maior

literacia económica e a alunos que possuem o estatuto de trabalhador-estudante está associada uma menor literacia económica.

“OP” e “Rfam” são igualmente estatisticamente relevantes nos dois modelos, dependendo-se a partir destes que a alunos que manifestam ter posicionamento político (independentemente do posicionamento em si) está associada uma maior literacia económica e que, mantendo tudo o resto constante, quanto mais alto for o escalão de rendimento no qual o agregado familiar do indivíduo está inserido maior é o valor do índice de literacia económica do mesmo.

“NAES” e “Pecon”, apesar de serem variáveis cujos coeficientes têm o mesmo sinal nos dois modelos, são variáveis estatisticamente relevantes apenas no modelo linear. Aos alunos com uma maior nota de acesso ao ensino superior está, mantendo tudo o resto constante, associada um maior literacia económica, o que vai de encontro a considerações de autores anteriores de que o controlo para as habilidades intelectuais é importante quanto se estimam os determinantes da literacia económica. Aos alunos com uma melhor perceção do desempenho económico português está também associada uma maior literacia económica.

Por último resta referir a relevância estatística, o sinal e a magnitude dos coeficientes das três variáveis de maior interesse para este trabalho, “Eco”, “EEG” e “Feco”. Aos alunos de Economia está, mantendo tudo o resto constante, associado um valor do índice de literacia económica superior em cerca de 2,3 unidades (pelo modelo linear) ou em cerca de 33,6% (pelo modelo logarítmico) relativamente aos indivíduos que estão num curso que não possui qualquer formação em Economia. “Eco” é assim a variável cujo coeficiente tem uma maior magnitude. Aos alunos da Escola de Economia e Gestão que não sejam de curso de Economia está, mantendo tudo o resto constante, associada uma vantagem de cerca de 1,75 unidades ou de cerca de 26,5%, dependendo do modelo considerado, relativamente aos alunos que não têm qualquer formação em Economia nos seus cursos. Por último a alunos cujos cursos contêm formação em Economia mas que não pertence à Escola de Economia e Gestão está associada uma vantagem de cerca de 0,63 unidades ou de 10,5% relativamente aos alunos de cursos que não contêm formação em Economia. Efetuando-se testes de igualdade de parâmetros entre os coeficientes associados às variáveis relativas à formação em Economia conclui-se que tanto os alunos de Economia como os da EEG

que não são de Economia têm em média e mantendo tudo o resto constante, mais literacia económica do que os de cursos exteriores à EEG mas que têm unidades curriculares de Economia, não se encontrando, no entanto, diferenças estatisticamente relevantes entre os alunos dos dois primeiros grupos referidos, apesar do coeficiente da variável “Eco” ser superior ao da variável “EEG”.

Ambos os modelos apresentavam, ou estavam mesmo muito próximos de apresentar problemas de heteroscedasticidade em pelo menos um dos três testes efetuados, sendo estes o teste de Breusch-Pagan, o teste de White e o teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg. Assim, nas estimativas cujos resultados estão aqui explicitados, foi feita uma estimação que incluía uma correção para este problema. De acordo com a análise efetuada não há motivos para suspeitar da existência de multicolineariedade nestas regressões, uma vez que não existem correlações muito fortes entre qualquer par de variáveis contido na regressão. Os dois modelos apresentam uma qualidade de ajustamento assinalável, sendo esta de cerca de 35% no modelo linear e de cerca de 29% do modelo logarítmico.

## 2. Opiniões sobre o papel das instituições e decisões de política económica

Esta secção está dividida em cinco partes. A primeira parte diz respeito a uma análise preliminar de estatística descritiva às variáveis de interesse nesta secção. Na segunda parte é utilizado o modelo probit e os respetivos efeitos marginais, calculados na média das variáveis independentes, para determinar que fatores influenciam a probabilidade de dar uma determinada resposta a cada uma das cinco questões de opinião sobre o papel das instituições de política económica. A terceira parte debruça-se nos determinantes da posição de cada indivíduo no que toca à opinião sobre o papel das instituições de política económica, que é quantificada através do índice “IL”, que foi explicado anteriormente. Na quarta parte são estimados por OLS os determinantes do valor do índice “IL”. Na quinta e última parte utiliza-se o modelo probit para determinar que variáveis influenciam a probabilidade de responder “sim” ou “não” às duas questões sobre decisões concretas de política económica, que têm que ver com a renegociação da dívida e com a diminuição das despesas sociais do Estado.

### 2.1. Estatística Descritiva

A seguinte tabela contém os valores médios, o desvio-padrão e o número de observações das variáveis relacionadas com a opinião sobre o papel das instituições e decisões de política económica.

**Tabela 5 - Variáveis relacionadas com a opinião sobre o papel das instituições e decisões de política económica: estatística descritiva**

Variável	Observações	Média	Desvio-Padrão
O1	428	0.617	0.487
O2	438	0.265	0.442
O3	428	0.227	0.419
O4	388	0.709	0.455
O5	399	0.647	0.479
RenegDv	377	0.777	0.417
DSEdim	404	0.545	0.499
IL	487	-0.511	1.986

A tabela 5 contém todas as variáveis que serão alvo de uma análise nesta secção. Com base na mesma sabe-se que cerca de 62% dos inquiridos julgam que a política monetária deve ser uma responsabilidade de um Banco Central independente (variável “O1”), que cerca de 26% dos alunos julgam que aumentar a tributação às empresas é uma boa forma de reduzir o défice (variável “O2”), que cerca de 23% dos mesmos pensam que se deve utilizar a expansão orçamental como instrumento de combate às recessões (variável “O3”), que cerca de 71% dos indivíduos considera que, face a uma crise no Médio Oriente o governo deve fixar o preço do petróleo caso tenha poder para tal e que cerca de 65% dos mesmos é favorável à introdução de tarifas às importações como forma de reduzir o défice comercial.

Desta tabela retira-se também que cerca de 78% dos alunos inquiridos considera que a dívida pública portuguesa deve ser renegociada e que cerca de 54% dos mesmos é favorável à existência de uma diminuição das despesas sociais do Estado.

Por último conclui-se a partir da tabela 6 que o valor médio do índice “IL” é de cerca de -0,51, o que implica que no que toca à posição acerca do papel das instituições de política económica em média, a posição dos inquiridos tende mais para o liberalismo do que para o intervencionismo.

O número de observações oscila entre as variáveis de acordo com o número de indivíduos que não respondeu ou revelou não ter opinião em cada questão.

## **2.2. Determinantes da opinião sobre o papel das instituições de política económica: análise por questão**

Nesta subsecção será feita uma análise, questão a questão, sobre as variáveis que influenciam a probabilidade de dar uma determinada resposta a cada uma das cinco primeiras questões da secção B do inquérito.

### 2.2.1. Condução da Política Monetária

Neste ponto são analisadas as respostas à primeira questão da secção B do inquérito, onde era perguntado se a condução da política monetária deveria ser uma responsabilidade de um Banco Central independente ou do Governo. Às respostas “de um Banco Central independente” foi associado o valor 1 e às respostas “do governo” o valor 0.

Estimando sucessivos modelos que procuravam determinar as variáveis que influenciam a probabilidade de dar uma determinada resposta à questão, chegou-se, procurando-se um equilíbrio entre o valor da qualidade de ajustamento do modelo, avaliada através do pseudo r-quadrado, e a não utilização de muitas variáveis aos seguintes modelos e resultados.

Tabela 6 - Determinantes da opinião sobre a condução da política monetária

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)
	O1p O1	mfxO1p O1	O1p1 O1	mfxO1p1 O1
Ano	0.219** (0.103)	0.074** (0.034)	0.271*** (0.103)	0.092*** (0.034)
Idade	0.040** (0.020)	0.014** (0.007)	0.040** (0.020)	0.014** (0.007)
LI	0.097** (0.043)	0.033** (0.014)		
TE	0.378 (0.267)	0.127 (0.089)	0.360 (0.263)	0.122 (0.088)
Sexo	0.247 (0.156)	0.083 (0.052)	0.271* (0.154)	0.092* (0.052)
Eco	0.583*** (0.214)	0.196*** (0.070)	0.729*** (0.199)	0.246*** (0.063)
EEG	0.464** (0.202)	0.156** (0.067)	0.586*** (0.190)	0.198*** (0.062)
Feco	0.202 (0.265)	0.068 (0.089)	0.254 (0.261)	0.086 (0.088)
OP	0.143 (0.123)	0.048 (0.041)	0.187 (0.121)	0.063 (0.041)
Rfam	-0.059 (0.060)	-0.020 (0.020)	-0.060 (0.060)	-0.020 (0.020)
EP	0.020 (0.019)	0.007 (0.006)	0.019 (0.019)	0.006 (0.006)
EM	-0.012 (0.019)	-0.004 (0.006)	-0.009 (0.019)	-0.003 (0.006)

P4			0.307*	0.104*
			(0.164)	(0.055)
Constante	-2.106***		-1.726***	
	(0.514)		(0.486)	
Observações	377	377	377	377
Pseudo R-quadrado	0.106		0.103	
Prob>chi2	0.000		0.000	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

O modelo 1 distingue-se do modelo 3 por utilizar o índice da literacia económica como variável explicativa, ao invés de “P4”, que é a pergunta de literacia económica relacionada com política monetária<sup>5</sup>. Quer os coeficientes associados à variável “LI”, quer os coeficientes associados a “P4” são positivos e estatisticamente relevantes, indicando que quer a uma maior literacia económica quer ao responder certo à questão de política monetária da secção de literacia económica está associada uma maior probabilidade de considerar que a política monetária deve ser uma responsabilidade de um Banco Central independente. Resultados semelhantes tinham sido encontrados por Walstad (1999). Pelos valores dos efeitos marginais concluímos que a uma unidade adicional do valor do índice de literacia económica, quando o valor dos regressores é igual às respetivas médias, está associado um aumento de cerca de 3,3% na probabilidade de um dado indivíduo considerar que a política monetária deve ser uma responsabilidade de um Banco Central independente, enquanto responder acertadamente à questão de política monetária do inquérito implica um aumento da probabilidade de ser dada a resposta referida em cerca de 10,4%.

O ano do curso e a idade do aluno são também variáveis cujos coeficientes são positivos e estatisticamente relevantes em qualquer um dos quatro modelos estimados. Um ano adicional de idade está associado a um incremento de cerca de 1,4% na probabilidade de responder “de um Banco Central Independente”, quando o

<sup>5</sup> A questão referida e as respectivas hipóteses de resposta são: Quem define a política monetária em Portugal? a) O Fundo Monetário Internacional; b) O Banco de Portugal; c) O governo português; d) Portugal não possui autonomia na definição da política monetária

valor dos regressores corresponde ao da sua média amostral. Um ano de curso adicional implica, quando o valor das variáveis independentes é igual à sua média, um aumento da probabilidade de dar a resposta anteriormente referida em 7,4% ou 9,2%, dependendo do modelo considerado.

Por último as variáveis “Eco” e “EEG” têm igualmente coeficientes positivos e estatisticamente relevantes, indicando que alunos de Economia e de outros cursos da Escola de Economia e Gestão têm uma maior probabilidade de responder que a política monetária deve ser uma responsabilidade de um Banco Central independente. Em média ser do curso de Economia implica um aumento de 19,6% ou de 24,6% (dependendo de qual dos dois modelos estamos a considerar) de julgar que a política monetária deve ser uma responsabilidade de um Banco Central independente, enquanto ser de um curso da EEG que não Economia implica em média um aumento da mesma probabilidade de 15,6% ou 19,8%.

As restantes variáveis de controlo utilizadas não são estatisticamente relevantes em nenhum dos dois modelos, modelos esses que nos conduzem a resultados bastante semelhantes entre si.

### **2.2.2. Aumento da tributação às empresas como forma de redução do défice**

Neste tópico são analisadas as respostas à questão 2 da secção B do inquérito, onde era perguntado se o aumento da tributação às empresas é uma boa forma de combater o défice, correspondendo o valor 1 às respostas “sim” e o valor 0 às respostas “não”. Para se chegar ao modelo e aos resultados apresentados na tabela 8 foi utilizada uma metodologia em tudo idêntica á descrita no ponto anterior.

Tabela 7 - Determinantes da opinião sobre o aumento da tributação às empresas

Variáveis	(1) O2probit O2	(2) mfxO2 O2
Ano	0.089 (0.097)	0.028 (0.030)
Idade	-0.040** (0.018)	-0.012** (0.006)
LI	-0.018 (0.041)	-0.006 (0.013)
Eco	0.223 (0.210)	0.070 (0.065)
EEG	0.304 (0.198)	0.095 (0.061)
Feco	-0.301 (0.303)	-0.094 (0.094)
OP	-0.223* (0.129)	-0.070* (0.040)
Rfam	-0.068 (0.059)	-0.021 (0.018)
EP	-0.005 (0.019)	-0.002 (0.006)
EM	0.027 (0.021)	0.008 (0.006)
Constante	0.071 (0.481)	0.028 (0.030)
Observações	386	386
Pseudo R-quadrado	0.0346	
Prob>chi2	0.0679	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Neste modelo “Idade” e “OP” são as únicas variáveis que possuem coeficientes estatisticamente relevantes, sendo estes negativos, pelo que estes resultados nos levam à conclusão de que a indivíduos mais velhos, tal como a indivíduos que revelam ter posicionamento político está associada uma maior probabilidade de considerar que o aumento dos impostos às empresas não é uma boa política. Um ano adicional de idade, quando o valor das variáveis explicativas corresponde ao da média amostral, implica uma diminuição de cerca de 1,2% da probabilidade de considerar que o aumento dos impostos às empresas é uma boa política de combate ao défice,

enquanto conseguir posicionar-se no espectro político e revelar esse posicionamento implica uma diminuição de cerca de 7% da mesma probabilidade.

Neste tópico, quer as variáveis ligadas à formação em Economia, quer o índice da literacia económica parecem não afetar de forma significativa a resposta dada por cada indivíduo.

### 2.2.3. Expansão orçamental como medida de combate às recessões

Nesta subsecção são analisadas as respostas à questão 3 da secção B do inquérito, onde era perguntado se o aumento dos gastos públicos é uma boa forma de combater as recessões económicas, sendo uma vez mais associado o valor 1 às respostas “sim” e o valor 0 às respostas “não”. Os resultados obtidos são mostrados na tabela seguinte, tendo sido o modelo selecionado através de um procedimento semelhante ao utilizado nos modelos anteriores.

**Tabela 8 - Determinantes da opinião sobre a expansão orçamental como medida de combate às recessões**

Variáveis	(1)	(2)
	O3probit O3	mfxO3 O3
Ano	-0.042 (0.144)	-0.011 (0.039)
Idade	0.020 (0.019)	0.005 (0.005)
LI	-0.007 (0.068)	-0.002 (0.019)
TE	-1.252*** (0.474)	-0.340*** (0.126)
Sexo	0.253 (0.221)	0.070 (0.060)
Eco	0.874*** (0.306)	0.237*** (0.079)
EEG	-0.007 (0.321)	-0.002 (0.087)
Feco	0.692* (0.382)	0.188* (0.102)
NAES	-0.090 (0.090)	-0.024 (0.024)
Rfam	0.264 (0.259)	0.072 (0.070)
EP	0.008	0.002

	(0.029)	(0.008)
EM	-0.043	-0.012
	(0.030)	(0.008)
PosP	-0.117	-0.032
	(0.090)	(0.023)
Constante	0.545	
	(1.389)	
Observações	204	204
Pseudo R-quadrado	0.1293	
Prob>chi2	0.002	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Neste modelo o índice de literacia económica não revela ser uma variável estatisticamente relevante, tal como acontece no caso de se estimar a regressão com uma variável binária que assume o valor 1 quando o indivíduo acertou à pergunta 6 da secção A do inquérito, que é a pergunta relativa à política orçamental, e 0 caso contrário<sup>6</sup>.

A variável “TE” possui um coeficiente negativo e estatisticamente relevante, o que nos indica que, mantendo tudo o resto constante, indivíduos que possuem o estatuto de trabalhador-estudante têm menor probabilidade de serem adeptos da expansão orçamental como forma de combate às recessões. No caso em que o valor dos regressores utilizados no modelo corresponde às médias repetidas, ser trabalhador estudante implica uma diminuição de 34% da probabilidade de responder “sim” a esta questão. As restantes variáveis de controlo não são estatisticamente relevantes.

No que diz respeito às variáveis relativas à formação em Economia, “Eco” e “Feco” possuem coeficientes positivos e estatisticamente relevantes, não sendo esse o caso do coeficiente associado à variável “EEG”, que não possui um coeficiente estatisticamente relevante. Assim poderá dizer-se que, mantendo tudo o resto constante, indivíduos do curso de Economia ou de um curso exterior à Escola de Economia e Gestão mas que contenha formação em Economia tendem a ser mais *keynesianos*, isto é, mais favoráveis à intervenção do Estado no combate às recessões,

<sup>6</sup> Por este motivo não se considerou relevante apresentar os resultados dos modelos que contêm esta variável no conjunto de variáveis explicativas

sendo que o mesmo não acontece com indivíduos da EEG mas que não são de Economia, que nesta amostra são predominantemente os de cursos de áreas mais empresariais. Através da coluna 2 verificamos que no caso dos alunos de Economia, quando o valor dos regressores é igual à média amostral, a probabilidade de responder “sim” é 23,7% superior à dos alunos sem qualquer tipo de formação em Economia.

#### 2.2.4. Intervenção do Estado nos preços dos combustíveis

Esta subsecção tem por base as respostas à questão 4 da secção B do inquérito, onde era perguntado aos indivíduos se julgam que o Estado, caso tenha poder para tal, deve fixar os preços dos combustíveis durante crises petrolíferas, correspondendo o valor 1 às respostas “sim” e o 0 às respostas “não”. O modelo foi selecionado da mesma forma que os anteriores e os resultados são apresentados na tabela 9<sup>7</sup>.

Tabela 9 - Determinantes da Opinião da Intervenção do Estado nos preços do petróleo

VARIABLES	(1)	(2)
	O4probit O4	mfxO4 O4
Idade	-0.032*	-0.010*
	(0.019)	(0.006)
LI	0.091	0.030
	(0.060)	(0.019)
Sexo	0.255	0.084
	(0.193)	(0.063)
Eco	-0.127	-0.042
	(0.276)	(0.091)
EEG	-0.265	-0.090
	(0.258)	(0.085)
Feco	-0.375	-0.124
	(0.301)	(0.100)
PosP	0.035	0.012
	(0.070)	(0.022)
Constante	0.442	
	(0.596)	

<sup>7</sup> As regressões apresentadas nesta secção não são estatisticamente relevantes, uma vez que não se rejeita a hipótese nula do teste de significância global de que todos os coeficientes do modelo são iguais a 0. No entanto, uma vez que para um nível de significância de 10% se rejeita a hipótese nula de que o coeficiente associado à variável “Idade” é igual a 0, decidi u apresentar-se os resultados.

Observações	222	222
Pseudo R-quadrado	0.0360	
Prob>chi2	0.257	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

De acordo com os modelos estimados a idade é a única característica do indivíduo que influencia, de forma estatisticamente relevante, a probabilidade de responder “sim” ou “não” à questão. Aos indivíduos mais velhos está associada uma menor probabilidade de ser favorável à intervenção do Estado no preço dos combustíveis durante as crises petrolíferas. Quando o valor das variáveis independentes é igual às respetivas médias amostrais, um ano adicional de idade está associada uma diminuição de 1% da probabilidade de responder “sim” a esta questão.

No que diz respeito às variáveis relativas à formação em Economia, “Eco”, “EEG” e “Feco”, apesar de estarem associados a todas elas coeficientes negativos, não são variáveis estatisticamente relevantes.

### 2.2.5. Introdução de tarifas às importações

No último dos pontos analisados neste tópico do trabalho olha-se para as respostas à questão 5 da secção B do inquérito. Nesta os participantes eram inquiridos acerca de terem ou não uma opinião favorável sobre a introdução de tarifas às importações como forma de combate a um défice comercial, sendo associado o valor 1 às respostas “sim” e o 0 às respostas “não”. O modelo cujo resultado é apresentado na coluna (1) da tabela 10 foi selecionado de forma semelhantes aos apresentados nos tópicos anteriores.

Tabela 10 - Determinantes da opinião sobre a introdução de tarifas às importações

VARIABLES	(1) O5probit O5	(2) mfxO5 O5
Ano	0.004 (0.140)	0.001 (0.048)
Idade	-0.039* (0.023)	-0.013* (0.008)
LI	0.080 (0.062)	0.028 (0.021)
Sexo	0.516** (0.204)	0.178*** (0.068)
Eco	0.171 (0.282)	0.059 (0.097)
EEG	-0.028 (0.282)	-0.010 (0.097)
Feco	-0.036 (0.369)	-0.012 (0.127)
EP	-0.006 (0.029)	-0.002 (0.010)
EM	-0.037 (0.030)	-0.013 (0.010)
Rfam	-0.040 (0.247)	-0.014 (0.090)
NAES	-0.165** (0.075)	-0.057** (0.025)
PosP	0.178** (0.077)	0.062** (0.026)
Constante	2.670** (1.218)	
Observações	197	197
Pseudo R-quadrado	0.0849	
Prob>chi2	0.027	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Dos resultados apresentados destacam-se os factos de as variáveis “Sexo”, “NAES”, “PosP” e “Idade” (apenas no modelo probit) terem coeficientes estatisticamente relevantes e das variáveis relativas à formação em Economia não terem coeficientes estatisticamente relevantes. De acordo com os resultados obtidos, mantendo tudo o resto constante, indivíduos do sexo masculino têm uma maior

probabilidade de serem favoráveis à introdução de tarifas às importações, sendo que essa diferença de probabilidade de responder “sim” relativamente à das mulheres darem a mesma resposta, no caso em que o valor das variáveis independentes é igual ao da sua média, é de cerca de 17,8%, enquanto indivíduos mais velhos têm uma menor probabilidade de verem com bons olhos a introdução deste tipo de tarifas. Quanto mais á direita for o posicionamento político do indivíduo maior a probabilidade de ser favorável às ditas tarifas e quanto mais alta for a nota de acesso ao ensino superior menor a probabilidade de concordar com a imposição de tarifas às importações como estratégia de combate ao défice comercial. Quando o valor dos regressores iguala as respectivas médias amostrais, um valor adicional na nota de acesso ao ensino superior está associado a uma diminuição de cerca de 5,7% da probabilidade de responder “sim” a esta questão.

### **2.3.Determinates da posição acerca do papel das instituições de política económica**

Neste tópico é analisado em maior detalhe o índice “IL”, já explicado na secção III e que resulta da agregação das respostas dadas às questões referidas nos 5 pontos anteriores. A análise do índice e dos determinantes do seu valor ganha especial relevo após se constatar que a maioria das variáveis utilizadas como regressores na análise por questão não são estatisticamente relevantes em todas as questões analisadas e têm por vezes coeficientes com sinais diferentes entre as regressões, o que não clarifica se a maiores valores da característica em questão está, de uma forma geral, associada uma maior tendência liberal ou intervencionista.

A tabela 11 dá-nos acesso ao valor médio do índice “IL” por curso, permitindo formar uma ideia sobre que cursos contêm os alunos que poderão ter maior propensão a ter opiniões mais liberais e que cursos contêm alunos que poderão ter maior propensão a ter alunos mais adeptos do intervencionismo.

Tabela 11 - Índice "IL" por curso

Curso	Variável	Observações	Média	P25	P50	P75
Biologia e Geologia	IL	40	-0.650	-2.00	-1.00	1.00
Ciências da Comunicação	IL	42	-0.025	-2.00	0.00	1.50
Ciência Política	IL	16	0.438	-1.00	1.00	1.50
Contabilidade	IL	34	-0.588	-1.00	-1.00	1.00
Direito	IL	45	-0.422	-1.00	0.00	1.00
Economia	IL	158	-0.422	-2.00	-0.50	1.00
Educação Básica	IL	26	-0.240	-2.00	0.00	1.00
Engenharia Biomédica	IL	41	-1.195	-2.00	-1.00	1.00
Gestão	IL	92	-0.760	-2.00	-1.00	1.00
Total	IL	494	-0.511	-2.00	-1.00	1.00

Excetuando o curso de Ciência Política, no qual o valor médio do índice é de cerca de 0.438 unidades, todos os restantes apresentam valores médios negativos. No grupo dos cursos com valores médios negativos destacam-se os cursos de Engenharia Biomédica e Gestão como aqueles cujos alunos são, em média mais liberais, apresentando respetivamente valores médios do índice de cerca de -1.195 unidades e -0.761 unidades.

Após terem sido estimados vários modelos, nas quais variavam, por exemplo a forma como eram introduzidos os diferentes índices no modelo, selecionou-se, de acordo com critérios já utilizados e explicitados anteriormente o modelo cujos resultados de estimação associados estão presentes na tabela 12.

Tabela 12 - Determinantes da posição acerca do papel das instituições de política económica

Variáveis	(1) ILmodel IL
Idade	-0.057** (0.024)
LI	-0.742*** (0.285)
LI2	0.043** (0.021)
TE	-0.468 (0.316)
Sexo	0.373* (0.204)
Eco	0.433 (0.264)
EEG	0.106 (0.255)
Feco	0.470 (0.367)
NAES	-0.119* (0.066)
Pecon	0.086 (0.055)
Constante	4.789*** (1.546)
Observações	457
R-quadrado	0.064
Prob>F	0.001

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Através da tabela constatamos que a idade, a literacia económica, o sexo e a nota de acesso ao ensino superior do indivíduo são variáveis que estão significativamente associadas à posição do mesmo acerca do papel das instituições de política económica. Em particular, a cada ano adicional de idade está associado, em média e mantendo tudo o resto constante, um valor do índice menor (ou seja, mais “liberal”) em cerca de 0,06 unidades. À medida que a literacia económica aumenta, o valor do índice “IL” diminui, isto até que o índice de literacia económica atinja um valor de cerca de 8,69 unidades. A partir deste valor, a aumentos da literacia económica

correspondem, mantendo tudo o resto constante, aumentos do valor do índice “IL”. Aos indivíduos do sexo masculino está associado, em média e mantendo tudo o resto constante, um maior valor (ou seja, mais “intervencionista”) do índice “IL” em cerca de 0,37 unidades. Apesar de aqui se olhar para a posição relativa a medidas de política económica e para a responsabilidade da condução da política monetária (e apenas para cinco questões em concreto) e não para a posição relativa ao peso do Estado na economia, este resultado acaba por ser contrário ao dos trabalhos que encontram evidências de que as mulheres são mais favoráveis a um maior peso do Estado na economia.

Por último, resta referir que a cada valor adicional na nota de acesso ao ensino superior está associado, em média e mantendo tudo o resto constante, uma diminuição do valor do índice “IL” (ou seja, um resultado mais “liberal”) de cerca de 0,12 unidades. Às restantes variáveis utilizadas como controlos, assim como ao índice do conhecimento do desempenho económico e às variáveis relativas à formação em Economia não estão associados coeficientes estatisticamente relevantes.

O teste de Breusch-Pagan/Cook-Weiseberg efectuado para esta regressão traduz-se numa não rejeição da hipótese de homoscedasticidade por larga margem, pelo que não há motivos para suspeitar da existência de heteroscedasticidade. Não existem também motivos para suspeitar da existência de multicolineariedade, uma vez que os cálculos efetuados revelam que não existem correlações fortes entre qualquer par de variáveis que se forme a partir do conjunto de variáveis explicativas.

## **2.4. Determinantes da opinião sobre decisões de política económica**

Neste ponto são analisadas as opiniões acerca de duas questões bastante pertinentes e debatidas no atual contexto macroeconómico português: se a dívida pública deve ou não ser renegociada e se as despesas sociais do Estado devem ou não ser diminuídas.

### **2.4.1. Renegociação da Dívida Pública**

À resposta “sim” à pergunta “pensa que a dívida pública portuguesa deveria ser renegociada?” foi associado o valor 1, sendo o valor 0 associado à resposta “não à mesma pergunta.

No modelo cujo resultado está abaixo apresentados foram utilizadas muitas das variáveis sociodemográficas dos modelos anteriores, as variáveis que dizem respeito à formação em Economia do aluno e as variáveis “DesJuros”, “DvP”, “TxCPiB”, “DesRec” e “Dfice”, que são variáveis binárias que representam a resposta a uma dada questão do desempenho económico português e que assumem valor 1 caso a resposta esteja correta e valor 0 caso contrário. Estas variáveis foram escolhidas por serem aquelas que representam o conhecimento de valores de variáveis presentes na equação de sustentabilidade das finanças públicas (stock de dívida pública, despesas com juros, taxa de crescimento económico e défice orçamental).

Tabela 13 - Determinantes da opinião sobre a renegociação da dívida pública

Variáveis	(1)	(2)
	RDvprobit RenegDv	mfxRDv RenegDv
Ano	-0.205* (0.113)	-0.058* (0.032)
Idade	-0.022 (0.014)	-0.006 (0.004)
Sexo	-0.245 (0.156)	-0.069 (0.044)
DesJuros	0.427** (0.166)	0.121*** (0.046)
DvP	0.031 (0.153)	0.009 (0.043)
TxCPIB	0.262 (0.240)	0.074 (0.068)
DesRec	0.118 (0.153)	0.033 (0.043)
Dfice	-0.142 (0.156)	-0.040 (0.044)
Eco	-0.143 (0.187)	-0.040 (0.053)
Feco	-0.004 (0.285)	-0.001 (0.081)
EEG	0.311 (0.214)	0.088 (0.060)
Constante	1.559*** (0.415)	
Observações	375	375
Pseudo R-quadrado	0.0537	
Prob>chi2	0.041	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\*  $p < 0.01$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*  $p < 0.1$

A partir da tabela 13 concluímos que o ano do curso em que o indivíduo se encontra e o facto deste saber ou não o valor das despesas com juros da dívida são os dois fatores, de entre os estudados, que estão significativamente associados à probabilidade de um dado indivíduo ser ou não favorável à renegociação da dívida pública. Em concreto, quanto maior for o ano do curso em que o indivíduo se encontra menor é a probabilidade, mantendo tudo o resto constante, de este ser adepto da

renegociação da dívida e a indivíduos que sabem o valor das despesas com os juros da dívida está associada uma maior probabilidade de serem favoráveis à renegociação da mesma. Quando os regressores assumem os valores das suas médias amostrais, saber o valor das despesas com os juros da dívida pública implica um aumento de 12,1% da probabilidade de um dado indivíduo ser favorável à renegociação da dívida pública.

As restantes variáveis, incluindo as que dizem respeito à formação em Economia e as que dizem respeito ao conhecimento dos valores das variáveis presentes na equação de sustentabilidade das finanças públicas, não se revelam significativamente associadas à probabilidade de ser ou não ser favorável à renegociação da dívida.

#### **2.4.2. Diminuição das despesas sociais do Estado**

Às respostas “sim” a pergunta “pensa que as despesas sociais do Estado deveriam ser diminuídas foi atribuído o valor 1 e às respostas “não” à mesma questão foi atribuído o valor 0.

No modelo cujo resultado de estimação está abaixo apresentado foram utilizadas como variáveis independentes algumas das variáveis sociodemográficas utilizadas anteriormente, o índice da literacia económica, as variáveis que dizem respeito à formação em Economia, a variável que identifica o posicionamento político do indivíduo e variáveis que dizem respeito ao conhecimento de algumas vertentes da realidade económica com o valor das despesas sociais do Estado, o valor da dívida pública, o facto de o indivíduo reportar ou não um valor para a despesa pública superior ao que reportou para a receita, e ao valor da despesa pública.

Tabela 14 - Determinantes da opinião sobre a diminuição das despesas sociais do Estado

Variáveis	(1) Ddimprobit DSEdim	(2) mfxDdim DSEdim
Idade	-0.006 (0.018)	-0.002 (0.006)
Sexo	-0.030 (0.197)	-0.010 (0.068)
LI	-0.203*** (0.069)	-0.070*** (0.023)
Eco	0.002 (0.274)	0.001 (0.095)
EEG	0.672** (0.274)	0.232** (0.092)
Feco	-0.680** (0.340)	-0.235** (0.114)
DSE	-0.113 (0.194)	-0.039 (0.067)
DvP	-0.199 (0.202)	-0.069 (0.070)
DesRec	-0.291 (0.219)	-0.101 (0.075)
DesP	0.494** (0.217)	0.171** (0.073)
PosP	0.084 (0.073)	0.029 (0.025)
Rfam	0.154 (0.215)	0.053 (0.074)
Constante	1.347** (0.640)	
Observações	212	212
Pseudo R-quadrado	0.1222	
Prob>chi2	0.001	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

De acordo com os modelos estimados a indivíduos com mais literacia económica está associada, em média e mantendo tudo o resto constante, uma menor probabilidade de ser favorável a diminuição das despesas sociais do Estado. Aos alunos da Escola de Economia e Gestão que não sejam do curso de Economia está associada uma maior probabilidade de ser favorável à diminuição das despesas sociais do Estado,

o mesmo acontecendo para indivíduos que saibam o valor da despesa pública. Quando o valor dos regressores é igual a as médias amostrais respectivas ser de um curso da EEG que não Economia implica, relativamente ao caso em que se é de um curso que não contém qualquer formação em Economia, um aumento de 23,2% da probabilidade de responder “sim” à questão, enquanto saber o valor da despesa pública implica um aumento de cerca de 17,1% de ser favorável à diminuição das despesas sociais do Estado. Aos alunos exteriores à EEG cujos cursos contêm formação em Economia está associada uma menor probabilidade de concordarem com uma diminuição das despesas sociais do Estado. Estima-se que, quando o valor das variáveis independentes é igual à média amostral, os alunos de um curso que não é da EEG mas contém formação em Economia, relativamente aos que são de cursos que não contém qualquer formação em Economia têm uma probabilidade inferior em 23,5% de serem favoráveis à diminuição das despesas sociais do Estado. Apesar do coeficiente associado à variável “PosP” não ser estatisticamente relevante, o sinal do mesmo indicia que, mantendo tudo o resto constante, indivíduos cujo posicionamento seja mais à direita terão maior tendência a serem favoráveis à diminuição das despesas sociais do Estado.

### 3. Percepções do Desempenho Económico

Esta secção está dividida em três partes. Na primeira parte é feita uma análise a cada uma das questões relativas às percepções do desempenho económico, quer com base em estatística descritiva, quer com base em modelos que procuram discernir as variáveis que influenciam a probabilidade de responder acertadamente a cada uma das questões. Na segunda parte é feita uma análise ao conjunto de todas as questões, através do índice “Pecon” que já foi explicado anteriormente, tentando encontrar-se as variáveis cujo valor está significativamente associado ao valor do índice.

#### 3.1. Estatística Descritiva e análise por questão

A tabela abaixo apresentada sumaria as variáveis a serem analisadas neste tópico, indicando o número de observações, a média e o desvio-padrão de cada uma delas.

Tabela 15 - Variáveis relativas ao conhecimento do desempenho económico: estatística descritiva

Variável	Observações	Média	Desvio-Padrão
Dfice	494	0.362	0.481
TxDesem	494	0.506	0.500
DesemC	494	0.771	0.420
EmpC	494	0.889	0.315
TxInf	494	0.184	0.388
InfC	494	0.215	0.411
RecP	494	0.360	0.481
DesP	494	0.302	0.459
TxCPIB	494	0.097	0.296
DvP	494	0.407	0.492
DesJuros	494	0.332	0.471
DSE	493	0.339	0.474
Pecon	493	4.765	1.751

Com base na tabela 15 sabe-se que a questão relativa à comparação da taxa de emprego atual com a que existia em 2008 é aquela em que existe uma maior percentagem de respostas certas, sendo esta percentagem de cerca de 89%, seguindo-se-lhe a questão relativa à comparação da taxa de desemprego de 2008 com a taxa atual, com uma percentagem de respostas certas de cerca de 77%. A questão relativa ao valor da taxa de desemprego é, ainda que com uma percentagem de respostas certas bastante mais baixa do que a questão anteriormente referida, a terceira questão com uma maior percentagem de respostas acertadas, sendo essa percentagem de cerca de 51%. Assim, as questões factuais relacionadas com o emprego são as aquelas em que os indivíduos se revelam mais aptos, o que tem muito provavelmente que ver com facto de este ser o tópico que é mais frequentemente notícia na comunicação social. Por outro lado, as questões relativas ao valor da taxa de inflação e ao valor da taxa de crescimento do PIB, são aquelas em que a percentagem de respostas corretas é mais baixa, sendo estas de cerca de 21% e 10% respetivamente.

Por último importa retirar desta tabela o facto de o valor médio do índice “Pecon” ser de aproximadamente 4,76 unidades, o que quer dizer que em média, cada aluno acertou cerca de 4,76 questões das 12 efetuadas.

### **3.1.1. Défice**

Neste ponto é analisado um modelo através do qual se procuram inferir as variáveis que influenciam a probabilidade de um dado indivíduo responder corretamente à questão da secção B do inquérito relacionada com o valor do défice. Tal como em modelos utilizados anteriormente, a seleção das variáveis explicativas foi feita de forma a maximizar a qualidade de ajustamento do modelo, utilizando o menor número de variáveis possíveis e utilizando sempre as variáveis relativas à formação em Economia. O mesmo procedimento foi utilizado nos restantes modelos cujos resultados são apresentados nos seis pontos seguintes.

Tabela 16 - Modelo explicativo do conhecimento do valor do défice

Variáveis	(1) DeficeProbit Dfice	(2) mfxDefice Dfice
Idade	0.032** (0.013)	0.012** (0.005)
LI	0.041 (0.034)	0.015 (0.013)
Eco	-0.093 (0.167)	-0.034 (0.061)
EEG	0.003 (0.159)	0.001 (0.059)
Feco	0.268 (0.220)	0.099 (0.081)
Constante	-1.296*** (0.333)	
Observações	494	494
Pseudo R-quadrado	0.0159	
Prob>chi2	0.064	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\*  $p < 0.01$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*  $p < 0.1$

O modelo probit apresentado na tabela 16 remete para a conclusão de que indivíduos mais velhos têm em média maior probabilidade de saber o valor do défice. Quando as variáveis independentes assumem o valor das suas médias amostrais um ano adicional de idade está associado a um incremento de cerca de 1,2% da probabilidade de conhecer o valor do défice. As variáveis relacionadas com a formação em Economia, assim como o índice que mensura a literacia económica, de acordo com o modelo estimado, não influenciam a probabilidade de acertar na questão relacionada com o défice.

### 3.1.2. Emprego

Neste ponto são apresentados os resultados de estimação de modelos que procuram explicar a probabilidade de acertar nas questões da secção B do inquérito

relacionadas com o valor da taxa de desemprego e com a comparação dos valores das taxas de desemprego e emprego atuais com as de 2008.

Tabela 17 - Modelos explicativos do conhecimento do valor das variáveis relacionadas com o emprego

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	TxDP TxDesem	mfxTxD TxDesem	DCP DesemC	mfxDC DesemC	ECP EmpC	mfxEC EmpC
Ano	-0.242** (0.119)	-0.089** (0.043)	-0.040 (0.098)	-0.011 (0.028)	-0.078 (0.104)	-0.014 (0.019)
TE	0.407 (0.283)	0.149 (0.102)			0.607* (0.337)	0.110* (0.061)
LI	0.108* (0.056)	0.040** (0.020)			0.103** (0.045)	0.019** (0.008)
Eco	-0.054 (0.257)	-0.020 (0.094)	0.324* (0.191)	0.092* (0.054)	-0.494** (0.218)	-0.090** (0.039)
EEG	0.158 (0.245)	0.058 (0.089)	0.095 (0.177)	0.027 (0.050)	0.101 (0.236)	0.018 (0.043)
Feco	-0.117 (0.334)	-0.043 (0.122)	-0.591** (0.243)	-0.168** (0.068)	0.0116 (0.311)	0.002 (0.056)
Rfam	-0.136** (0.064)	-0.050** (0.023)	0.016 (0.053)	0.004 (0.015)		
OP	-0.475** (0.202)	-0.174** (0.074)	-0.133 (0.117)	-0.038 (0.033)		
PosP	0.0387 (0.073)	0.014 (0.027)				
V	-0.520** (0.205)	-0.190*** (0.072)				
NAES	0.159** (0.068)	0.058** (0.024)				
Idade			0.030* (0.018)	0.009* (0.005)		
Sexo					-0.162 (0.167)	-0.029 (0.030)
Constante	-1.629 (1.026)		0.218 (0.420)		0.819** (0.370)	
Observações	233	233	444	444	493	493
Pseudo R-quadrado	0.074		0.039		0.0489	
Prob>chi2	0.002		0.011		0.020	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

No que diz respeito ao conhecimento do valor da taxa de desemprego os modelos estimados apontam para que várias variáveis estejam significativamente relacionadas com a probabilidade de acertar na questão. De acordo com os resultados obtidos, quanto maior for o ano do curso de cada aluno, menor a probabilidade de saber o valor da taxa de desemprego, o mesmo acontecendo para indivíduos que dizem ter votado em todas as eleições presidenciais e legislativas desde que são maiores de idade. Quanto maior for a literacia económica do mesmo, maior a probabilidade de acertar na questão relativa à taxa de desemprego, o mesmo acontecendo para maiores valores do rendimento do agregado familiar e para maiores valores da nota de acesso ao ensino superior.

No que concerne à probabilidade de acertar na questão relativa à comparação da taxa de desemprego atual com a que vigorava em 2008, destacam-se os factos de alunos do curso de Economia terem maior probabilidade de acertar do que aqueles que não têm qualquer formação em Economia e de alunos de cursos exteriores à EEG mas que têm formação em Economia terem menor probabilidade de acertar do que os que não têm qualquer formação na área. Quando o valor das variáveis independentes é igual à média amostral, ser do curso de Economia implica um aumento da probabilidade de responder acertadamente à questão de 9,2% face à situação em que não há qualquer formação em Economia no curso. Alunos mais velhos têm, de acordo com o modelo probit utilizado maior probabilidade de acertar na questão.

Por último, no que diz respeito à probabilidade de acertar na questão relativa à comparação da taxa de emprego atual com a de 2008 há a destacar que, em média e mantendo tudo o resto constante alunos que possuem o estatuto de trabalhador estudante e alunos com mais literacia económica apresentam uma maior probabilidade de acertar na questão, enquanto alunos do curso de Economia apresentam uma menor probabilidade de responder acertadamente à questão do que aqueles que não têm qualquer formação em Economia.

### 3.1.3. Inflação

Neste ponto analisam-se os resultados de modelos que procuram explicar a probabilidade de responder acertadamente às questões factuais relacionadas com a inflação contidas no inquérito.

Tabela 18 - Modelos explicativos do conhecimento dos valores das variáveis relacionadas com a inflação

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)
	TxlProbit TxInf	mfxTxI TxInf	ICProbit InfC	mfxIC InfC
Idade	0.028** (0.014)	0.007** (0.003)	0.033** (0.015)	0.008** (0.004)
Sexo	0.418*** (0.148)	0.105*** (0.037)	0.555*** (0.141)	0.141*** (0.035)
TE	-0.390 (0.271)	-0.098 (0.068)		
LI	-0.004 (0.042)	-0.001 (0.011)		
Eco	0.388** (0.192)	0.098** (0.048)	0.656*** (0.181)	0.167*** (0.044)
EEG	0.020 (0.189)	0.005 (0.048)	0.035 (0.195)	0.009 (0.050)
Feco	0.181 (0.269)	0.046 (0.068)	0.516* (0.284)	0.132* (0.072)
EP	0.008 (0.018)	0.002 (0.004)	0.030 (0.019)	0.008 (0.005)
EM	-0.026 (0.018)	-0.007 (0.005)	-0.0471** (0.019)	-0.012*** (0.005)
Ano			0.377*** (0.098)	0.096*** (0.024)
Constante	-1.562*** (0.420)		-2.665*** (0.435)	
Observações	483	483	483	483
Pseudo R-quadrado	0.053		0.123	
Prob>chi2	0.008		0.000	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

No que toca à probabilidade de saber a taxa de inflação, há a destacar, de acordo com os modelos estimados que em média e mantendo tudo o resto constante a indivíduos mais velhos, a indivíduos do sexo masculino e a indivíduos do curso de Economia está associada uma maior probabilidade de saber o valor da taxa de inflação. Quando o valor dos regressores iguala as respetivas médias amostrais, ser homem implica em média um aumento de 10,5% da probabilidade de responder acertadamente à questão, enquanto ser do curso de Economia um aumento de cerca de 9,8% da mesma probabilidade.

Relativamente à probabilidade de acertar na questão relativa à comparação da taxa de inflação atual com a taxa de inflação de 2008, destaca-se que quer a indivíduos do curso de Economia quer a indivíduos que pertençam a cursos que não sendo da EEG contenham formação em Economia, está associada uma maior probabilidade de responder corretamente do que a indivíduos que não tenham qualquer formação em Economia. Estas diferenças nas probabilidades de acertar na questão são, no caso em que as variáveis independentes têm o valor da sua média, respetivamente de 16,7% e 13,2%. O mesmo acontece com os indivíduos do sexo masculino relativamente aos do sexo feminino. Os homens mais 14,1% de probabilidade de acertar na questão quando o valor dos regressores é igual ao das médias amostrais respetivas. Quanto maior for a idade e o ano do curso em que o indivíduo se encontra maior será, em média e mantendo tudo o resto constante a probabilidade de acertar na questão. Quanto maior for a escolaridade da mãe menor será a probabilidade de acertar na questão.

#### **3.1.4. Receita e Despesa Pública**

Neste ponto serão analisados os resultados contidos na tabela 19, relativos às estimações do modelos que procuram explicar a probabilidade de cada indivíduo saber os valores da despesa pública e da receita pública.

Tabela 19 - Modelos explicativos do conhecimento dos valores da receita e da despesa pública

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)
	RCProbit RecP	mfxRC RecP	DPProbit DesP	mfxDP DesP
Ano	-0.221** (0.108)	-0.077** (0.037)	-0.137 (0.105)	-0.046 (0.035)
Idade			0.030* (0.016)	0.010* (0.005)
TE	-0.390 (0.268)	-0.136 (0.093)		
Eco	-0.044 (0.212)	-0.015 (0.074)	0.365* (0.208)	0.123* (0.069)
EEG	-0.002 (0.204)	-0.001 (0.071)	0.245 (0.203)	0.083 (0.068)
Feco	-0.272 (0.333)	-0.095 (0.116)		
EP			-0.035 (0.022)	-0.012 (0.007)
EM			0.049** (0.023)	0.017** (0.007)
Rfam	-0.060 (0.064)	-0.021 (0.022)	-0.139* (0.073)	-0.047* (0.024)
V	-0.285* (0.173)	-0.100* (0.059)	0.169 (0.190)	0.057 (0.064)
Exp	0.113* (0.068)	0.039* (0.023)	0.013 (0.067)	0.0044 (0.023)
NAES	0.054 (0.055)	0.019 (0.019)	0.006 (0.059)	0.002 (0.020)
Constante	-0.429 (0.877)		-0.974 (0.989)	
Observações	303	303	299	299
Pseudo R-quadrado	0.043		0.039	
Prob>chi2	0.070		0.181	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Relativamente à probabilidade de saber o valor da despesa pública, de acordo com o modelo estimado há a destacar que quanto maior o ano do curso em que o indivíduo se encontra, menor será, em média e mantendo tudo o resto constante a probabilidade deste saber o valor referido.

Já no que diz respeito à probabilidade de acertar na questão relativa ao valor da receita pública há quatro resultados estatisticamente relevantes. O primeiro é o de que quanto maior a idade do indivíduo, maior é, em média e mantendo tudo o resto constante a probabilidade de saber o valor da receita pública. O segundo é que aos alunos do curso de Economia corresponde uma maior probabilidade de saber o valor referido do que a alunos cujos cursos não contenham qualquer formação em Economia. Quando o valor de cada regressor é igual à média amostral respetiva, ser aluno de Economia está associada uma probabilidade 12,3% maior de acertar na questão relativamente ao caso dos alunos que não têm qualquer tipo de formação em Economia. O último é o de que, de acordo com os modelos estimados quanto maior for a escolaridade da mãe maior será a probabilidade de acertar na resposta à questão referida.

### 3.1.5. Crescimento Económico

Neste ponto são apresentados os resultados de estimação de dois modelos que procuram explicar a probabilidade de acertar na questão relativa ao valor da taxa de crescimento económica portuguesa da secção B do inquérito.

**Tabela 20 - Modelos explicativos do conhecimento da taxa de crescimento do PIB**

Variáveis	(1)	(2)
	CPIBProbit TxCPIB	mfxCPIB TxCPIB
Ano	-0.452*** (0.163)	-0.068*** (0.025)
Idade	0.035* (0.020)	0.005* (0.003)
LI	0.064 (0.075)	0.010 (0.011)
Eco	0.016 (0.345)	0.002 (0.052)
EEG	-0.036 (0.396)	-0.005 (0.060)

Feco	0.267 (0.459)	0.040 (0.069)
PosP	0.173** (0.084)	0.026** (0.013)
NAES	0.099 (0.083)	0.015 (0.013)
Constante	-3.874*** (1.478)	
Observações	260	260
Pseudo R-quadrado	0.096	
Prob>chi2	0.033	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\*  $p < 0.01$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*  $p < 0.1$

Através do modelos probit estimado concluímos que, em média e mantendo tudo o resto constante cada ano adicional de curso de um dado indivíduo diminui a probabilidade de acertar na questão, que cada ano adicional de idade está associado a uma maior probabilidade de acertar na questão e que quanto mais à direita for o posicionamento político do indivíduo, maior será também a probabilidade de conhecer o valor da taxa de crescimento do PIB português.

Os coeficientes das variáveis relativas à formação em Economia não têm, neste modelo, relevância estatística.

### 3.1.6. Dívida Pública e Despesas com Juros

Neste ponto são apresentados os resultados da estimação de modelos explicativos do conhecimento dos valores da dívida pública portuguesa e da despesa com os juros da mesma.

Tabela 21 - Modelos explicativos do conhecimento dos valores da dívida pública e da despesa com juros

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)
	DvPProbit DvP	mfxDvP DvP	DJProbit DesJuros	mfxDJ DesJuros
Ano			0.219** (0.110)	0.074** (0.036)
Idade	0.034 (0.025)	0.011 (0.008)	0.022 (0.017)	0.007 (0.006)
Sexo	0.500** (0.206)	0.166** (0.06)	0.215 (0.160)	0.072 (0.054)
TE	-0.569 (0.366)	-0.189 (0.119)		
LI	0.119** (0.059)	0.040** (0.019)		
Eco	0.519* (0.275)	0.172* (0.090)	0.064 (0.199)	0.022 (0.067)
EEG	0.126 (0.265)	0.042 (0.088)	0.135 (0.200)	0.046 (0.067)
Feco	-0.962** (0.434)	-0.319** (0.141)	-0.208 (0.348)	-0.070 (0.117)
EP	0.012 (0.026)	0.004 (0.009)		
EM	-0.005 (0.027)	-0.001 (0.009)		
Rfam	0.038 (0.083)	0.013 (0.028)		
V	-0.399 (0.246)	-0.132* (0.080)	-0.406** (0.168)	-0.137** (0.055)
PosP	0.138 (0.085)	0.046* (0.028)		
Exp	0.0755 (0.081)	0.025 (0.027)	0.007 (0.061)	0.002 (0.021)
NAES			0.152*** (0.058)	0.051*** (0.019)
Constante	-2.438*** (0.761)		-3.665*** (0.994)	
Observações	197	197	319	319
Pseudo R-quadrado	0.154		0.057	
Prob>chi2	0.000		0.020	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

No que concerne ao conhecimento do valor da dívida retiramos da tabela 21 que indivíduos do sexo masculino e alunos do curso de Economia têm, em média maior probabilidade de conhecer o valor referido do que indivíduos do sexo feminino e indivíduos cujo curso não contem qualquer formação em Economia, respetivamente. Quando cada regressor assume o valor da sua média amostral ser homem implica uma probabilidade 16,6% superior de acertar na questão e ser do curso de Economia, uma probabilidade 17,2% superior. Outro resultado estatisticamente relevante nos dois modelos apresentados relativos à probabilidade de acertar na questão relativa ao valor da dívida é o de que, em média e mantendo tudo o resto constante, quanto maior a literacia económica de um dado indivíduo, maior é a probabilidade de acertar no valor da questão referida. Uma unidade adicional do valor do índice LI está associada a um aumento de 4% da probabilidade de acertar nesta questão. Indivíduos que revelam ter votado em todos os atos eleitorais presidenciais e legislativos têm uma menor probabilidade de acertar nesta questão e, quanto mais à direita for o posicionamento político do indivíduo maior a probabilidade de saber o valor da dívida pública. No entanto, estes dois últimos resultados são apenas estatisticamente relevantes para um nível de significância de 10%.

No que diz respeito à probabilidade de conhecer o valor das despesas com juros, retira-se dos dois modelos estimados que quanto maior o ano do curso em que o indivíduo se encontra, maior é a probabilidade deste conhecer o valor referido, o que é um resultado diferente dos encontrados em alguns dos pontos anteriores, nos quais o ano do curso influenciava de forma negativa a probabilidade de acertar numa determinada questão. Indivíduos que revelam ter votado em todas as eleições presidenciais e legislativas que existiram desde que são maiores de idade têm uma menor probabilidade de acertar na questão relativa ao valor das despesas com juros relativamente aos que indicam não ter votado e, em média e mantendo tudo o resto constante, quanto maior for a nota de acesso ao ensino superior de cada indivíduo maior é a sua probabilidade de conhecer o valor em análise.

### 3.1.7. Despesas Sociais do Estado

Por último resta analisar os resultados dos dois modelos que procuram explicar a probabilidade de conhecer o valor das despesas sociais do Estado, sendo que a tabela 22 contem os resultados obtidos com a estimação desses mesmos modelos.

Tabela 22 - Modelos explicativos do conhecimento do valor das despesas sociais do Estado

Variáveis	(1) DSEProbit DSE	(2) mfxDSE DSE
Sexo	0.081 (0.130)	0.029 (0.046)
TE	-0.125 (0.190)	-0.045 (0.068)
Eco	-0.120 (0.150)	-0.043 (0.055)
EEG	-0.179 (0.155)	-0.064 (0.055)
Feco	-0.302 (0.226)	-0.108 (0.080)
OP	0.205* (0.114)	0.073* (0.041)
V	-0.375*** (0.128)	-0.134*** (0.045)
Constante	-0.180 (0.147)	
Observações	481	481
Pseudo R-quadrado	0.023	
Prob>chi2	0.061	

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Através do modelo estimado é possível inferir que indivíduos que revelam ou conhecem o seu posicionamento político têm uma maior probabilidade de conhecer o valor das despesas sociais do Estado do que indivíduos que não revelam ou não conhecem o seu posicionamento político. É possível inferir também que indivíduos que dizem ter votado em todas as eleições presidenciais e legislativas desde que são

maiores de idade têm, uma vez mais uma menor probabilidade de conhecer o valor anteriormente referido do que os indivíduos que dizem não o ter feito.

Os coeficientes das variáveis relativas à formação em Economia não são estatisticamente relevantes nestes dois modelos.

### 3.2. Determinantes do conhecimento do desempenho económico

A tabela seguinte inclui o valor médio do índice que mensura o conhecimento do desempenho económico de cada indivíduo por curso frequentado, permitindo efetuar uma primeira análise á forma como a formação obtida poderá afetar o valor da variável a ser analisada neste tópico.

Tabela 23 - Conhecimento do desempenho económico português por curso

Curso	Variável	Observações	Média	P25	P50	P75
Biologia e Geologia	Pecon	40	4.925	4.000	5.000	6.000
Ciências da Comunicação	Pecon	42	4.667	4.000	4.500	6.000
Ciência Política	Pecon	16	4.313	3.500	4.000	6.000
Contabilidade	Pecon	34	5.000	4.000	5.000	6.000
Direito	Pecon	45	4.244	3.000	4.000	5.000
Economia	Pecon	158	4.975	4.000	5.000	6.000
Educação Básica	Pecon	26	4.192	3.000	4.000	5.000
Engenharia Biomédica	Pecon	41	4.512	3.000	4.000	6.000
Gestão	Pecon	92	4.902	4.000	5.000	6.000
Total	Pecon	494	4.765	4.000	5.000	6.000

Através da tabela 23 constatamos que os alunos de Contabilidade são os que têm uma melhor consciência do valor dos indicadores do desempenho económico do país, seguindo-se-lhes os alunos de Economia e de forma algo surpreendente, os alunos de Biologia e Geologia, e os alunos de Gestão. No entanto as diferenças entre a média de respostas acertadas pelos alunos destes cursos é muito pequena sendo de 5 para os alunos de Contabilidade e de aproximadamente 4,9 para os alunos de Gestão.

Por outro lado os alunos de Educação Básica são os que revelam uma pior consciência da performance económica do país, com uma média de aproximadamente 4,2 respostas corretas. Apesar disto, a diferença entre estes e os que mais respostas acertaram é pequena, fazendo crer que o curso que o aluno frequenta não é algo que afete de forma muito significativa o conhecimento da realidade económica do país.

Através da tabela 24 podemos discernir que variáveis estão associadas de forma estatisticamente significativa ao valor do índice que mensura o conhecimento da realidade económica do país.

**Tabela 24 - Modelos explicativos do conhecimento da performance económica do país**

Variáveis	(1)	(2)
	Peconlin Pecon	Peconlog InPecon
Ano	0.020 (0.114)	0.005 (0.027)
Idade	0.084*** (0.021)	0.014*** (0.005)
Sexo	0.254 (0.176)	0.040 (0.041)
TE	-0.151 (0.272)	-0.007 (0.063)
LI	-0.412* (0.244)	-0.094* (0.057)
LI2	0.037** (0.018)	0.008* (0.004)
Eco	0.042 (0.236)	-0.016 (0.055)
EEG	0.058 (0.227)	0.035 (0.053)
Feco	-0.326 (0.325)	-0.070 (0.076)
NAES	0.063 (0.057)	0.019 (0.013)
Constante	2.808** (1.321)	1.123*** (0.307)
Observações	462	461
R-quadrado	0.095	0.058
Prob>F	0.000	0.002

Desvios-padrão robustos entre parêntesis

As estrelas assinalam o grau de significância estatística:

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

De acordo com os modelos estimados, apenas duas variáveis afetam de forma estatisticamente significativa o conhecimento da realidade económica do país. A primeira destas é “Idade”, sendo que se estima que em média e mantendo tudo o resto constante, a cada ano adicional de idade esteja associado um aumento de cerca de 0,08 respostas corretas nas 12 questões efetuadas (pelo modelo linear) ou um aumento do valor do índice “Pecon” de 1,39%. Este facto pode explicar o porquê de os alunos do curso de Contabilidade serem os que têm uma média de respostas corretas superior, uma vez que sendo este um curso pós-laboral é o que contem a média de idades mais alta. A outra variável estatisticamente relevante é a literacia económica. Neste caso, estima-se que a aumentos do valor do índice de literacia económica estejam associadas diminuições do conhecimento da realidade económica, até que o primeiro atinja um valor de aproximadamente 5,5 unidades, sendo que a partir desse valor mais literacia económica está, mantendo tudo o resto constante, associada a um melhor conhecimento da realidade económica.

As variáveis relativas à formação em Economia não são neste modelo estatisticamente relevantes apesar de “Eco” e “Feco” terem um coeficiente positivo.

Os testes de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg efectuados revelam que não existem problemas de heteroscedasticidade em nenhum dos modelos.

## **VI. Conclusão:**

O presente trabalho utiliza inquéritos implementados a alunos da Universidade do Minho para estudar três tópicos principais, dando especial relevo ao impacto que a formação em Economia tem nos mesmos. Esses tópicos são a literacia económica, a opinião sobre o papel das instituições e decisões de política económica e o conhecimento do desempenho económico do país.

No que diz respeito à literacia económica, foram encontradas evidências de uma associação positiva e estatisticamente significativa entre esta e a formação em Economia, independentemente da metodologia de estimação utilizada. Essa associação depende ainda da quantidade de formação obtida, sendo que, no modelo linear estimado por OLS, em média e mantendo tudo o resto constante, a diferença no valor do índice de literacia económica entre alunos de cursos que não são da área das ciências económicas e empresariais mas que têm nos seus cursos formação em Economia e os que não têm qualquer formação é de cerca de 0,6 unidades, a diferença no valor do mesmo índice entre os alunos que são da Escola de Economia e Gestão mas não são do curso de Economia e os alunos que não têm qualquer formação na área é de cerca de 1,7 unidades e a diferença estimada no valor do mesmo índice entre os alunos de Economia e os que não têm formação em Economia é de cerca de 2,3 unidades. As mulheres têm, em média e mantendo tudo o resto constante, menos literacia económica do que os homens e os trabalhadores-estudantes menor literacia económica do que os não trabalhadores-estudantes. Indivíduos que se conseguem posicionar politicamente e revelam o seu posicionamento têm mais literacia económica do que os que não se conseguem posicionar ou não revelam o seu posicionamento. O ano do curso em que o indivíduo se encontra, o rendimento do seu agregado familiar e, dependendo do modelo utilizado para a estimação, a nota de acesso ao ensino superior e o conhecimento do desempenho económico do país, são variáveis que também afetam positiva e significativamente o valor do índice "LI".

No que concerne à posição acerca do papel das instituições de política económica, a análise efetuada revela que a idade, a literacia económica e, dependendo do modelo utilizado para efetuar a estimação, o sexo e a nota de acesso ao ensino superior, lhe estão significativamente associadas. Aos indivíduos mais velhos e com uma maior nota de acesso ao ensino superior corresponde, em média e

mantendo tudo o resto constante, uma postura mais liberal no que diz respeito à opinião sobre o papel das instituições de política económica. Por sua vez, a indivíduos do sexo masculino está associada, em média e mantendo tudo o resto constante, uma posição mais favorável ao intervencionismo. De acordo com o modelo estimado por OLS, à medida que a literacia económica aumenta, o valor do índice “IL” diminui, até que o índice de literacia económica atinja um valor de cerca de 8,69 unidades. A partir deste valor, a aumentos da literacia económica correspondem, mantendo tudo o resto constante, aumentos do valor do índice “IL”.

A análise dos dados obtidos revelou que cerca de 77,7% dos inquiridos são adeptos da renegociação da dívida pública e que cerca de 54,5% dos mesmos são favoráveis à diminuição das despesas sociais do Estado. Quanto mais avançado for o ano do curso em que o indivíduo se encontra menor é a probabilidade, mantendo tudo o resto constante, de este ser adepto da renegociação da dívida e a indivíduos que sabem o valor das despesas com os juros da dívida está associada uma maior probabilidade de serem favoráveis à renegociação da mesma. Aos alunos da Escola de Economia e Gestão que não sejam do curso de Economia está associada uma maior probabilidade de serem favoráveis à diminuição das despesas sociais do Estado, o mesmo acontecendo para indivíduos que saibam o valor da despesa pública. Aos alunos exteriores à EEG cujos cursos contêm formação em Economia está associada uma menor probabilidade de concordarem com uma diminuição das despesas sociais do Estado, sendo ainda que o impacto de aumentos da literacia económica na probabilidade de ser favorável a diminuição das despesas sociais do Estado também é negativo.

Por sua vez, o conhecimento do desempenho económico do país parece estar dependente da idade dos indivíduos e da literacia económica dos mesmos. Aos indivíduos mais velhos corresponde, em média e mantendo tudo o resto constante, um maior conhecimento da realidade económica, sendo estimado por OLS no modelo linear que a cada ano adicional de idade corresponde um aumento do valor do índice do conhecimento da realidade económica de cerca de 0,08 unidades. Para valores do índice da literacia económica superiores a cerca de 5,5 unidades calcula-se que a aumentos da literacia económica correspondam também aumentos do conhecimento do desempenho económico do país, sendo que o valor de 5,5 unidades é inferior ao

valor da literacia económica do percentil 25, que é de 6 unidades. Importa ainda destacar que as três questões factuais relacionadas com o emprego são as que revelam uma maior percentagem de respostas corretas, o que se pode dever em boa parte à grande cobertura mediática que este aspeto macroeconómico tem tido em Portugal nos últimos anos, enquanto as questões relacionadas com a taxa de inflação e com a taxa de crescimento económico são as que revelam uma menor percentagem de respostas corretas.

Em suma, a formação em Economia parece ter um impacto positivo na literacia económica. Por sua vez, indivíduos com mais literacia económica têm também um maior domínio da realidade económica do país. Desta forma, este trabalho, tal como outros apresentados na secção II, sustenta a ideia de que a obtenção de formação em Economia contribui para a existência de uma sociedade civil mais consciente e com uma maior responsabilização política, apesar de não ser possível garantir, com base na análise efetuada, a existência de uma relação causal entre a formação em Economia e a literacia económica, assim como entre esta última e o conhecimento da realidade económica do país.

Futuros trabalhos poderão alargar a amostra à restante população, tentar incluir na análise variáveis que estão contidas em trabalhos como o de Blinder e Kreuguer (2004) que funcionem como controlos para o desejo de obtenção de informação dos assuntos económicos, para a quantidade periódica de informação obtida por indivíduo ou para os meios que o mesmo utiliza para se informar e testarem se os resultados obtidos se mantêm utilizando outros métodos de estimação.

## **VII.Referências Bibliográficas:**

Bach, G. L. e Saunders, P. (1965): "Economic Education: Aspirations and Achievements", American Economic Review, 55, pp. 329-356

Bach, G. L. E Saunders, P. (1966): "Lasting Effects of Economics Courses at Different Types of Institutions, American Economic Review, 56, pp. 505-511

Blendon, R., Benson, J., Brodie, M., Morin, R., Altman, D., Gitterman, D., Brossard, M. e James, M. (1997): "Bridging the Gap Between the Public's and Economists views of the Economy", Journal of Economic Perspectives, 11, pp.105-118

Blinder, A. e Krueger, A. (2004): "What Does the Public Know about Economic Policy, and How Does It Know It?", IZA Discussion Paper Series, No.1324

Caplan, B. (2002): "Systematically Biased Beliefs about Economics: Robust Evidence of Judgemental Anomalies from the Survey of Americans and Economists on the Economy", The Economic Journal,112, pp. 433-458

Cameron, A. e Triverdi, P. (2009): "Microeconometrics Using Stata", Stata Press, Texas

Hopkins, D. (2012): "Whose Economy? Perceptions of National Economic Performance During Unequal Growth", Public Opinion Quarterly, 76, pp. 50-71

Jappelli, T. (2010): "Economic Literacy: An International Comparison", The Economic Journal, 120, pp. 429-451

Roos, M. (2007): "Nonexpert Beliefs About the Macroeconomic Consequences of Economic and Noneconomic Events", Public Choice, Vol. 132, pp. 291-304

Saunders, P. (1980): "The Lasting Effects of Introductory Economic Courses", Journal of Economic Education, 12, pp. 1-14

Soper, J. (1979): "Test of Economic Literacy- Discussion Guide and Rationale", Joint Council On Economic Education

Stigler, G. J. (1963): "Elementary Economic Education", American Economic Review, 53, pp. 653-659

Walstad, W. (1997): "The Effect of Economic Knowledge on Public Opinion of Economic Issues", *Journal of Economic Education*, 28, pp.195-205

Walstad, W. e Allgood, S. (1999): "What do College Seniors Know About Economics", *American Economic Review*, 89, pp. 350-354

Walstad, W. e Rebeck, K. (2002): "Assessing the Economic Knowledge and Economic Opinions of Adults", *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 42, pp. 921-935

Walstad, W. E Soper, J. (1988): "A Report Card on the Economic Literacy of US High School Students", *American Economic Review*, 78, pp.251-256

## **Anexo: Inquérito de Literacia Económica e Perceções do Desempenho Económico e do Papel do Governo na Economia<sup>8</sup>**

O seguinte inquérito, enquadrado numa tese do Mestrado em Economia da Universidade do Minho, destina-se à recolha de dados que permitam estudar os determinantes do conhecimento em Economia e da realidade económica de cada indivíduo, assim como das opiniões dos mesmos em algumas matérias de política económica.

Este é constituído por três partes. A primeira parte consiste numa aferição dos conhecimentos de cada indivíduo, em questões de teoria económica de nível básico. A segunda parte destina-se a averiguar as opiniões individuais acerca do papel das instituições políticas na economia, assim como as perceções sobre o desempenho económico do país. A terceira parte é um levantamento das características sociodemográficas do indivíduo consideradas de interesse para o trabalho em questão.

Uma vez que serão inquiridos alunos de diferentes áreas de estudo, pretende-se, também, contribuir para a reflexão acerca de possíveis benefícios do alargamento do número de estudantes que recebem formação em Economia, no que respeita à capacidade dos mesmos monitorizarem políticas adotadas pelo governo e estarem a par da evolução da realidade económica.

Obrigado pela sua participação!

---

<sup>8</sup> A versão do inquérito aqui apresentada é a que foi utilizada na segunda ronda de implementação dos mesmos, em Fevereiro de 2015.

### **A. Literacia Económica**

O seguinte conjunto de 10 questões, retirado do *Gallup Organization National Survey on American Economic Literacy* e devidamente adaptado à realidade portuguesa, destina-se a aferir os seus conhecimentos em teoria económica de nível básico. Em cada pergunta, circunde a alínea que julga estar correta.

1- Qual das seguintes medidas é mais frequentemente usada para o cálculo taxa de inflação?

- a) Índice de Preços do Consumidor
- b) Índice dos Principais Indicadores Económicos
- c) A taxa de juro de referência
- d) A taxa dos fundos soberanos

2- O crescimento económico é mensurado através das variações de qual das seguintes variáveis?

- a) A oferta de moeda
- b) O Índice de Preços dos Produtores
- c) O Produto Interno Bruto
- d) O saldo da Balança de Pagamentos

3- Existe um défice nas contas públicas quando:

- a) Os gastos públicos são superiores às receitas públicas
- b) As importações são superiores às exportações
- c) A procura total de moeda é superior à oferta total de moeda
- d) O investimento agregado é superior à poupança agregada

4- Quem define a política monetária em Portugal?

- a) O Fundo Monetário Internacional
- b) O Banco de Portugal
- c) O governo português
- d) Portugal não possui autonomia na definição da política monetária

5- Quem define a política orçamental em Portugal?

- a) O Banco de Portugal
- b) O Presidente da República
- c) O governo
- d) Os parceiros sociais

6- Qual das seguintes é um exemplo de uma política orçamental?

- a) Uma alteração da taxa de juro de referência
- b) Uma alteração no imposto sobre o rendimento
- c) Uma alteração na taxa de câmbio
- d) Uma alteração na oferta de moeda

7- Qual dos seguintes acontecimentos fará, com maior probabilidade, aumentar os salários dos trabalhadores portugueses?

- a) Uma subida do preço das ações
- b) Um aumento dos stocks das empresas
- c) Um aumento da produtividade do trabalho
- d) Uma subida das taxas de juro

8-O poder de compra dos indivíduos é mais afetado por qual das seguintes variáveis?

- a) A taxa de inflação
- b) O saldo das contas públicas
- c) O saldo da balança de pagamentos
- d) O volume de exportações

9-Quem determina o preço da maioria dos bens em mercados competitivos?

- a) O governo
- b) Os monopólios
- c) A interação entre a procura e a oferta
- d) O Índice de Preços do Consumidor

10-Qual o impacto esperado de uma valorização do euro nas exportações portuguesas?

- a) Aumento das exportações
- b) Diminuição das exportações
- c) Não é esperado qualquer efeito
- d) Aumento das exportações para fora da zona euro

### **B. Opiniões Políticas e Perceção do Desempenho Económico**

As questões seguintes destinam-se ao registo da sua opinião acerca do papel das instituições políticas na economia, assim como a aferir as suas perceções do desempenho económico do nosso país. Em cada questão circunde a alternativa que melhor reflete a sua opinião, ou que julga estar correta.

1-A política monetária deve ser uma responsabilidade de:

- De um Banco Central independente
- Do Governo
- Sem Opinião

2-Aumentar os impostos sobre as empresas é uma boa forma de reduzir o défice público?

- Sim
- Não
- Sem Opinião

3- Aumentar os gastos públicos é uma boa forma de combater as recessões económicas?

- Sim
- Não
- Sem Opinião

4- Caso tenha poder para tal, deve o governo fixar os preços dos combustíveis durante crises petrolíferas no Médio Oriente?

- Sim
- Não
- Sem Opinião

5-Introduzir tarifas às importações é uma boa forma de reduzir o défice comercial?

- Sim
- Não
- Sem Opinião

6-Em que intervalo de valores se prevê que se situe o défice português em 2014?

- a) 6% a 7% do PIB
- b) 5% a 5,9% do PIB
- c) 4% a 4,9% do PIB
- d) 3% a 3,9% do PIB

7- Qual o valor aproximado da taxa de desemprego em Portugal (valor do 4º trimestre de 2014)?

- a) 10,5%
- b) 11,4%
- c) 13,5%
- d) 15,4%

8-Em comparação com há seis anos (2008), a taxa de desemprego em Portugal é:

- Menor
- Aproximadamente igual
- Maior

9-Durante os últimos seis anos, o número de empregos a tempo inteiro em Portugal:

- Diminuiu
- Manteve-se
- Aumentou

10-Qual o valor estimado para a taxa de inflação anual em Portugal em 2014?

- a) -1%
- b) 1,3%
- c) -0,3%
- d) 1%

11-Em comparação com há seis anos (2008), a taxa de inflação em Portugal é:

- Menor
- Aproximadamente igual
- Maior

12- Qual o valor aproximado da receita pública em percentagem do PIB em Portugal (valor do final de 2013)?

- a)37,4%
- b)43,7%
- c)48,7%
- d)55,2%

13- Qual o valor aproximado da despesa pública em percentagem do PIB em Portugal (valor do final de 2013)?

- a) 37,4%
- b)43,7%
- c)48,7%
- d)55,2%

14- Qual o valor aproximado da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto em Portugal no ano de 2013?

- a) -1,4%
- b) -0,7%
- c) 0,7%
- d) 1,4%

15- Qual o valor aproximado da dívida pública portuguesa (valor do final de 2013)?

- a) 83% do PIB
- b) 105% do PIB
- c) 129% do PIB
- d) 138% do PIB

16- Qual o valor aproximado das despesas com os juros da dívida pública portuguesa (valor estimado para 2014)?

- a) 1 % do PIB
- b) 3% do PIB
- c) 5% do PIB
- d) 7% do PIB

17- Pensa que a dívida pública portuguesa deveria ser renegociada?

- Sim
- Não
- Sem Opinião

18- Qual o valor aproximado das despesas sociais do Estado em percentagem do PIB (valor estimado para 2014)?

- a) 15,2% do PIB
- b) 19,5 % do PIB
- c) 25,3% do PIB
- d) 29,7 % do PIB

19- Pensa que as despesas sociais do Estado deveriam ser diminuídas?

- Sim
- Não
- Sem Opinião

### C. Caracterização Sociodemográfica

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: F \_\_\_ M \_\_\_ Trabalhador estudante: Sim \_\_\_ Não \_\_\_

Curso frequentado: \_\_\_\_\_ Média atual no curso: \_\_\_\_\_

Ano do curso em que se encontra: \_\_\_\_\_ Nota de acesso ao ensino superior: \_\_\_\_\_

1- Qual o rendimento total auferido pelo seu agregado familiar:

- Menor do que 505 euros (salário mínimo)
- Entre 505 euros e 1000 euros

